

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ELLEN RODRIGUES SOARES E SILVA

**A INFLUÊNCIA NORTE-AMERICANA: IMPLICAÇÕES DA PRESENÇA MILITAR
DOS ESTADOS UNIDOS EM SOLO COLOMBIANO A PARTIR DO PLANO
COLÔMBIA**

Porto Alegre

2024

ELLEN RODRIGUES SOARES E SILVA

**A INFLUÊNCIA NORTE-AMERICANA: IMPLICAÇÕES DA PRESENÇA MILITAR
DOS ESTADOS UNIDOS EM SOLO COLOMBIANO A PARTIR DO PLANO
COLÔMBIA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Orientador (a): Prof^a. Dra. Tatiana Vargas Maia

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Ellen Rodrigues Soares e
A INFLUÊNCIA NORTE-AMERICANA: IMPLICAÇÕES DA
PRESENÇA MILITAR DOS ESTADOS UNIDOS EM SOLO COLOMBIANO
A PARTIR DO PLANO COLOMBIA / Ellen Rodrigues Soares e
Silva. -- 2024.

90 f.

Orientadora: Tatiana Vargas Maia.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Plano Colômbia. 2. Estados Unidos. 3. Colômbia.
4. Segurança. I. Maia, Tatiana Vargas, orient. II.
Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ELLEN RODRIGUES SOARES E SILVA

**A INFLUÊNCIA NORTE-AMERICANA: IMPLICAÇÕES DA PRESENÇA MILITAR
DOS ESTADOS UNIDOS EM SOLO COLOMBIANO A PARTIR DO PLANO
COLÔMBIA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 7 de fevereiro de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dra. Tatiana Vargas Maia – Orientadora

UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

UFRGS

Prof. Me. João Estevam dos Santos Filho

SAN TIAGO DANTAS

À minha mãe e ao meu irmão. Pois à minha mãe devo a vida, e
ao meu irmão meu renascimento.

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho à minha família e meus amigos, que tanto me apoiaram e estiveram ao meu lado.

À minha mãe, Priscila, pois sua dedicação em me criar sozinha e seu amor foram a força propulsora que me impulsionou nos momentos desafiadores. A você devo todo meu amor e toda a minha pessoa, sem você eu não seria nada.

Ao meu avô Jaime e minha avó Irene, agradeço pela sabedoria e cumplicidade que compartilharam comigo ao longo dos anos. Suas histórias e experiências enriqueceram meu entendimento e moldaram minha perspectiva de vida, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao Sidney, meu padrasto, por ter entrado em minha vida e me inspirado a seguir um lindo caminho acadêmico assim como foi o seu. O apoio constante e as palavras de encorajamento foram fundamentais para superar desafios.

Ao Gustavo, meu tio, por fazer parte da nossa família e nos fazer rir com suas piadas. Obrigada por me apoiar durante a trajetória.

E, finalmente, ao meu irmão Caio, a quem eu devo minha vida, pois você é a razão de eu continuar seguindo em frente. Você é a razão de tudo. Você tem todo o meu amor incondicional.

Gostaria também de deixar meus agradecimentos direcionados aos amigos que fizeram parte dessa jornada chamada universidade, onde passamos bons momentos que sempre guardarei em minhas memórias.

E para finalizar essa etapa em minha vida, deixo também um agradecimento especial aos professores que fizeram essa jornada mais fácil, e em especial à minha orientadora Tatiana Vargas Maia. Obrigada por tornar esse final mais fácil e acolhedor.

Muito obrigada a todos por fazerem parte desta conquista e por tornarem este percurso ainda mais especial.

“La paz no significa el silencio de los fusiles, sino que abarca la transformación de la estructura del Estado y el cambio de las formas políticas y militares”.

(Iván Márquez)

RESUMO

O objeto deste estudo é a influência da presença militar dos Estados Unidos da América na militarização da Colômbia, a partir do Plano Colômbia e suas implicações na agenda de segurança do país colombiano. A hipótese de trabalho é que essa presença militar dos Estados Unidos no país sul-americano implicou em uma militarização do narcotráfico, influenciando a agenda de segurança da Colômbia, transformando o combate ao narcotráfico em um complexo regional de segurança ligada aos interesses estadunidenses. A metodologia utilizada é a análise de dados, bem como a revisão bibliográfica buscando identificar os objetivos, financiamento e resultados da criação do Plano Colômbia. Além disso, o desenvolvimento do trabalho aborda as relações militares entre os EUA e Colômbia, o surgimento do narcotráfico como uma política de segurança dos EUA para a América Latina, o desenvolvimento e a implementação do Plano, os resultados e efeitos do Plano, os Acordos de Paz que resultaram na desintegração das FARC e as dinâmicas sociais, econômicas e securitárias que isso gerou. Identificamos que a presença militar dos EUA na Colômbia, influenciou sim a militarização do país, implicando na criação de uma agenda da segurança ligada aos interesses dos EUA, onde, através do narcotráfico, se cria um complexo regional, onde a interferência do país norte-americano influencia as ações securitárias não apenas na Colômbia, mas em outros países sul-americanos que serão exemplificados ao longo desta monografia.

Palavras-chave: Plano Colômbia. Estados Unidos. Colômbia. Segurança.

RESÚMEN

El objeto de este estudio es la influencia de la presencia militar de los Estados Unidos de América en la militarización de Colombia, a través del Plan Colombia y sus implicaciones en la agenda de seguridad del país colombiano. La hipótesis de trabajo es que esta presencia militar de los Estados Unidos en el país sudamericano implicó una militarización del narcotráfico, influyendo en la agenda de seguridad de Colombia y transformando la lucha contra el narcotráfico en un complejo regional de seguridad vinculado a los intereses estadounidenses. La metodología utilizada es el análisis de datos, así como la revisión bibliográfica en busca de identificar los objetivos, financiamiento y resultados de la creación del Plan Colombia. Además, el desarrollo del trabajo aborda las relaciones militares entre EE. UU. y Colombia, el surgimiento del narcotráfico como una política de seguridad de EE. UU. para América Latina, el desarrollo e implementación del Plan, los resultados y efectos del Plan, los Acuerdos de Paz que resultaron en la desintegración de las FARC y las dinámicas sociales, económicas y de seguridad que esto generó. Identificamos que la presencia militar de EE. UU. en Colombia influyó en la militarización del país, implicando la creación de una agenda de seguridad vinculada a los intereses de EE. UU., donde a través del narcotráfico se crea un complejo regional, y la interferencia del país norteamericano afecta las acciones de seguridad no solo en Colombia, sino en otros países sudamericanos que se ejemplificarán a lo largo de esta monografía.

Palabras clave: Plan Colombia. Estados Unidos. Colombia. Seguridad.

ABSTRACT

The object of this study is the influence of the military presence of the United States of America on the militarization of Colombia, through the Plan Colombia and its implications in the security agenda of the Colombian country. The working hypothesis is that this military presence of the United States in the South American country has led to the militarization of drug trafficking, influencing Colombia's security agenda and transforming the fight against drug trafficking into a regional security complex linked to U.S. interests. The methodology used involves data analysis, as well as a literature review aiming to identify the objectives, funding, and results of the creation of the Plan Colombia. Additionally, the development of the work addresses the military relations between the U.S. and Colombia, the emergence of drug trafficking as a U.S. security policy for Latin America, the development and implementation of the Plan, the results and effects of the Plan, the Peace Agreements that resulted in the disintegration of the FARC, and the social, economic, and security dynamics that this generated. We identify that the U.S. military presence in Colombia did influence the country's militarization, implying the creation of a security agenda linked to U.S. interests, where, through drug trafficking, a regional complex is formed, and the interference of the U.S. influences security actions not only in Colombia but also in other South American countries that will be exemplified throughout this monograph.

Keywords: Plan Colombia. United States. Colombia. Security.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Ajuda discriminada dos EUA à Colômbia, de 1990 a 1999, em dólares americanos cotados no ano de 2006.

FIGURA 2 – Área de cultivo de coca, de 1990 a 2007, na Colômbia, Peru e Bolívia, em hectares de terra.

FIGURA 3 – O Cultivo de Coca na Região Andina, de 1987 a 2018, em milhares de hectares.

FIGURA 4 – Homicídios na Colômbia, entre 1980 e 2012.

FIGURA 5 – Ações Unilaterais Por Grupo Militar, de 1989 a 2008.

FIGURA 6 – Cultivo de coca, por país, e apreensões de cocaína em todo o mundo, de 2010 a 2021.

FIGURA 7 – Evolução das ações militares das FARC entre 1997 a 2010.

FIGURA 8 – Iván Márquez (ao centro) e seus companheiros das FARCS em agosto de 2019.

FIGURA 9 – O cultivo de coca na Colômbia, Peru e Bolívia, de 2005 a 2021, em hectares de terra.

FIGURA 10 – Crescimento do PIB per capita da Colômbia, em milhares de dólares, de 2002 a 2020

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Financiamento dos Estados Unidos ao setor de segurança da Colômbia de 1996 a 2015, em dólares americanos cotados no ano de 2022.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARI – Andean Regional Initiative
AUC – Autodefensas Unidas de Colombia
CCO – Comando do Conjunto do Ocidente
CID – Colégio Interamericano de Defesa
COTEF – Comando de Transformação do Exército do Futuro
CSDI – Colombia Strategic Development Initiative
DEA – Drug Enforcement Administration
EPL – Exército Popular da Libertação
ELN – Exército de Libertação Nacional
EUA – Estados Unidos da América
FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
GAO – Government Accountability Office
ICIJ – International Consortium of Investigative Journalists
INL – International Narcotics Law
M-19 – Movimento 19 de Abril
MPRI – Military Professional Resources Inc.
NAFTA – North American Free Trade Agreement
NDAA – National Defense Authorization Act
NSDD – National Security Defense Directive
OEA – Organização dos Estados Americanos
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB – Produto Interno Bruto
TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UNASUL – União das Nações Sul-Americanas
USAID – United States Agency for International Development

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	A PRESENÇA MILITAR DOS ESTADOS UNIDOS NA AMÉRICA LATINA NO PÓS-GUERRA FRIA	26
2.1	TENDÊNCIAS DA SEGURANÇA NORTE-AMERICANA NA REGIÃO LATINA	29
2.2	RELAÇÕES MILITARES COM A COLÔMBIA	31
2.2.1	AS FRAC-EP E O ELN	36
2.3	POLÍTICA DE GUERRA ÀS DROGAS: DINÂMICAS ENTRE OS EUA E COLÔMBIA	38
3	O PLANO COLÔMBIA	42
3.1	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: OS ANOS 1980 E 1990	45
3.2	DINÂMICAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E SECURITÁRIAS I.....	48
3.3	DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO	52
3.4	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA E MILITAR DOS EUA.....	55
4	IMPLICAÇÕES DO PLANO COLÔMBIA.....	59
4.1	OS ACORDOS DE PAZ E O DECLÍNIO DAS FARC-EP	62
4.2	A TRANSFORMAÇÃO MILITAR DA COLÔMBIA.....	66
4.3	A PRESENÇA MILITAR ESTRATÉGICA DOS ESTADOS UNIDOS.....	70
4.4	RELACIONAMENTO COM OS PAÍSES VIZINHOS E COM OS EUA	73
4.5	DINÂMICAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E SECURITÁRIAS II.....	78
5	CONCLUSÃO.....	80
	REFERÊNCIAS.....	83
	REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS.....	89

1 INTRODUÇÃO

No presente trabalho, analisam-se as implicações da presença militar dos Estados Unidos na Colômbia, a partir da implementação do Plano Colômbia. Com esse objetivo, a temática da militarização colombiana perante o conflito com o narcotráfico é especialmente pertinente como estudo de caso, uma vez que esse dilema representa a influência norte-americana na agenda de segurança da Colômbia, atingindo também outros países da América do Sul. Ainda, busca-se explorar a relação militar entre os Estados Unidos e a Colômbia, a fim de analisar seus impactos para segurança interna do país colombiano. Este trabalho pode, então, ser entendido como um estudo sobre militarização de conflitos, uma vez que o desenvolvimento de um complexo regional de segurança é estabelecido na Região Andina, através da militarização do combate ao narcotráfico, onde serão analisadas como condicionantes das ações dos Estados Unidos dentro do território colombiano.

Ao longo desta monografia será abordada o conflito interno colombiano com o narcotráfico, que será analisado entre o período da Guerra Fria até o ano dos acordos de paz de 2016. Para tanto, será analisado o histórico das relações militares entre os Estados Unidos e a Colômbia, bem como o desenvolvimento e a implementação do Plano Colômbia como uma estratégia militar entre os dois países, e suas implicações. A primeira tem como aspecto estruturante a presença militar dos norte-americanos na América Latina, para introduzir às motivações dos EUA na militarização da Colômbia; a segunda, os motivos que levaram os dois países a colaborarem no desenvolvimento do Plano e como se deu a implementação do mesmo; a terceira, as implicações dessa implementação, que, será argumentado, gerou a transformação militar da Colômbia.

Entende-se pelo conceito de militarização (quando falamos de Colômbia, pelo menos) a forma em que a contenção da violência, do tráfico de drogas e outras atividades à margem da lei, é realizada através da repressão severa das forças armadas, quando se trata de atingir a arena internacional do Estado, e a repressão severa da polícia na arena doméstica. Essas duas esferas se misturam a partir do momento em que, de acordo com a análise de Pereira e Villela (2019), o Estado usa o Exército para manipular o serviço policial, da mesma forma em que um policiamento das forças armadas também é notado e essa transação acarreta mais violência ainda. De modo geral, esse fenômeno explica-se no momento em que o exército passa a ser utilizado

para repreender quem descumpra a lei, enquanto deveria estar associado aos atos de defesa nacional e qualquer assunto que implique uma ameaça ao Estado. Dessa mesma forma, a força policial também inverteu seu papel, a partir do momento em que passou a intervir em situações que deveriam ser tratadas como ameaça nacional, e não descumprimentos de lei localizados.

Partindo do pressuposto de que a Polícia serve para proteger os cidadãos e as propriedades privadas, e o Exército serve para proteger o Estado, a interferência de ambos no narcotráfico colombiano gera uma linha tênue de raciocínio que nos faz indagar qual dos dois deveriam intervir, e a percepção que resolvo explorar é o fato de como nem um dos dois fizeram esse papel, e sim os Estados Unidos da América. Pereira e Villela (2019), em seu artigo intitulado “*Militarização do policiamento: abordagens críticas em perspectiva*”, exploram bibliografias e estudos comprovando que o conceito de militarização das drogas identifica o fim da Guerra Fria como uma mudança paradigmática na forma como se percebe e se atua em temas securitários, já que o combate ao comunismo, da política internacional estadunidense, foi substituído por preocupações de combate à criminalidade, sobretudo ao tráfico de drogas, e desde então os norte-americanos financiam e incentivam o setor militar de inúmeras formas possíveis (Pereira e Villela, 2019).

Neste trabalho, seguido desse pensamento da militarização, também será analisada, a forma em que as guerrilhas do narcotráfico surgem, após o período chamado “la violência”, entre os anos 1940 e 1960, dentro da Colômbia. Dentro desse período, grupos como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), Exército de Libertação Nacional (ELN) e outros, foram formados. Ao longo dos anos, os conflitos armados entre as guerrilhas e o Estado colombiano aumentaram, levando ao fornecimento de assistência financeira e militar dos Estados Unidos à Colômbia, já nos 1970, com as políticas antidrogas de Nixon e Ford, ex-presidentes dos Estados Unidos. O período a que responde à análise do aprofundamento das relações militares entre os norte-americanos e a Colômbia, na presente monografia, no entanto, se dá ao final da Guerra Fria, no início dos anos de 1990, com George H. W. Bush no comando de Washington. Esse período é marcado pelo aumento dos cultivos de coca na região andina, especialmente na Colômbia, o que levou ao aumento do tráfico de drogas com destino aos Estados Unidos. Um aumento considerável na violência na Colômbia também ocorreu, elevando as taxas de homicídio do país. Na segunda metade dos anos 1990, já com Ernesto Samper no comando de Bogotá, o governo colombiano foi envolvido em alguns escândalos de suposto envolvimento com o

narcotráfico. Assim, o presidente colombiano realizou uma política de erradicação dos cultivos de coca pelo país, com a finalidade de melhorar suas relações com Washington. Mas não deu certo, pois a produção aumenta, saltando de 23.402 hectares cultivados, para 50.900. Nos anos seguintes, a produção salta para 67.200 e 79.400, respectivamente, entre 1996 e 1997, e em 1999, atinge 160.100 hectares (Villa e Ostos, 2005). Com a ascensão de George W. Bush à presidência dos Estados Unidos, em 2001, e após os acontecimentos do 11 de setembro, houve uma modificação na abordagem norte-americana em relação à Colômbia, pois o combate às guerrilhas do narcotráfico passaram a ser uma das prioridades dos EUA na América do Sul. Esses fatores, em conjunto aos interesses norte-americanos na militarização colombiana para fortalecer sua indústria bélica, levaram os Estados Unidos e a Colômbia a elaborarem o Plano Colômbia.

Nesse contexto de conflitos, serão analisadas as políticas de segurança dos Estados Unidos para a região andina, bem como o nascimento dos grupos guerrilheiros e as políticas de guerra às drogas dos norte-americanos à Colômbia. Desta forma, serão apresentadas as principais iniciativas de ambos os governos como a criação do Drug Enforcement Agency Administration (DEA), que tinha as funções de cuidar da política antidrogas dentro do próprio país e das ações contra o narcotráfico na região andina, do Defense Authorization Act, que permitiu o exército norte-americano participar da luta contra as drogas, e o Security Decision Directive, que caracterizava a junção entre terrorismo de esquerda e narcotráfico como uma ameaça letal para a segurança nacional dos EUA (Rodrigues, 2004 *apud* Santos, 2006). Essas incluem as iniciativas do governo colombiano também, pois, no governo de César Gaviria, de 1990 a 1994, foi elaborada a nova constituição colombiana, onde ele prender chefes dos cartéis de Medellín e Cali (Guzzi, 2008).

Será analisado também a contextualização histórica antecedente à elaboração do Plano Colômbia, para entendermos a conjuntura da época. Dessa forma, os anos de 1980 e 1990 serão apresentados, explorando a expansão das FARC para mais de 170 municípios, e o aumento da violência em território colombiano. Nos anos 1990, o governo de Andrés Pastrana tenta negociar com as guerrilhas, concedendo uma extensa zona desmilitarizada, de aproximadamente 42.000 quilômetros quadrados, para facilitar as conversações. No entanto, as FARC foram acusadas de usar essa área como um "porto seguro" para reagrupar, rearmar e fortalecer suas forças. Diante dessa contínua atividade militar das FARC, o Presidente Pastrana suspendeu as negociações de

paz no início de 2002 e ordenou que as forças militares retomassem o controle do território designado.

Esses acontecimentos chamaram a atenção do governo dos Estados Unidos, que se somou à vontade de Pastrana de evitar maiores conflitos e os levaram à criação de um plano de ação inicialmente chamado de “Cambio Para Construir La Paz” e pensado para durar até 2005. Porém, o Plano Colômbia se modifica com o tempo, pois seguiu a política e os interesses norte-americanos, focando na erradicação de cultivos por meio de fumigação e na militarização do combate nos países produtores. A ênfase belicosa e repressiva foi o cerne do plano, favorecendo a indústria bélica estadunidense, pois parte do montante financeiro inicial destinado a fins militares na Colômbia foi utilizada diretamente para a compra de equipamentos bélicos de empresas norte-americanas, como a Bell Textron, a Lockheed Martin, a Military Professional Resources e a United Technologies (Santos, 2010). Essa militarização ocasiona na criação de um complexo regional de segurança, onde o narcotráfico é o fator a ser combatido e resolvido, os países andinos (Bolívia, Peru e principalmente a Colômbia) é a região de atuação e os Estados Unidos é o ator securitizador, devido à falta de capacidade estatal dos países em resolver os conflitos do narcotráfico. A criação desse complexo regional culmina em uma militarização drástica na Colômbia, levando o país a passar por uma intensa transformação militar, apoiada pelos Estados Unidos.

Neste trabalho busca-se responder à seguinte pergunta: qual foi o impacto da presença militar dos EUA, através do Plano Colômbia, na política de segurança da Colômbia? A resposta provisória, ou hipótese, levantada neste trabalho é que a presença militar dos Estados Unidos da América influenciou uma transformação militar na Colômbia, implicando em uma agenda de segurança moldada aos interesses norte-americanos, através do Plano Colômbia. Objetivando compreender o que causou a militarização, será construído o argumento teórico de que militarização é uma consequência das distintas estratégias de influência militar dos Estados Unidos na região andina. Ademais, serão apresentadas as motivações norte-americanas e colombianas para a criação do Plano Colômbia, além de uma síntese da situação do narcotráfico e das assistências dos EUA direcionadas à Colômbia durante o período analisado. Por fim, será produzida uma análise das implicações dessa militarização, examinadas através dessas relações militares entre os dois países, a fim de desenvolver o argumento final.

Esta monografia parte da perspectiva de que a militarização colombiana e, conseqüentemente, do combate ao narcotráfico, se deu com a presença militar dos Estados Unidos, a partir da elaboração do Plano Colômbia, no ano 2000. O presente problema de pesquisa trata das implicações dessa presença militar norte-americana no país colombiano, analisadas através do Plano Colômbia. Este trabalho busca contribuir para a análise das interferências norte-americanas nos países latinos, intensificando uma dependência financeira e militar para tratar de assuntos domésticos, moldando a agenda de segurança dos países de acordo com seus interesses, tema especialmente importante para pesquisadores de América Latina, que apresentam a cláusula de ser uma região em desenvolvimento, mas nunca, de fato, desenvolvida. Além de tratar, também, de forma implícita, a interferência dos EUA na soberania nacional dos países analisados neste trabalho.

Nesse aspecto, Daniel Pécaut (2001, p. 2), por sua vez, alerta para uma possível ingerência estadunidense nos assuntos domésticos do país mediante a internacionalização do conflito e a ideia de que a Colômbia é um Estado falido, incapaz de solucionar os seus problemas domésticos.

Ainda, este trabalho é amparado no quadro teórico proposto em Buzan e Wæver (2003), que indica, de modo bastante geral, como a criação de uma zona militarizada implica na elaboração de um complexo regional de segurança, onde uma potência intervém nos assuntos securitários de uma região fragilizada estatalmente. Objetivando responder à pergunta de pesquisa, será realizada uma revisão bibliográfica de temas dos âmbitos da ciência política, segurança e política externa, e também uma análise de dados, a fim de trazer evidências objetivas e numéricas à análise.

O trabalho compreende cinco capítulos, incluídas introdução e conclusão. O segundo analisa a presença militar dos EUA na América Latina pós-Guerra Fria, destacando as relações com a Colômbia e as políticas de combate às drogas. Dessa forma, este capítulo se estrutura com três seções, sendo a primeira seção sobre as ações securitárias dos norte-americanos na América Latina, onde, no período da década de 1990, as preocupações de segurança dos Estados Unidos incluíam ameaças como armas de destruição em massa, terrorismo, imigração ilegal e proliferação de tecnologias perigosas. A Guerra ao Terror redefiniu o narcotráfico como ameaça à segurança, focando na Região Andina devido à produção de cocaína. A cooperação militar incluiu o Plan Dignidad, abrangendo áreas como América Central, Caribe e Cone Sul. A segunda

seção explora as oscilações nas relações entre EUA e Colômbia, justificadas pela intervenção norte-americana na segurança colombiana devido à suposta incapacidade do país de conter conflitos. A Guerra ao Terror reforçou o compromisso no combate ao narcotráfico, fortalecendo instituições e forças de segurança, principalmente na Colômbia. A última seção aborda as políticas de guerra às drogas durante a Guerra Fria, com os EUA apoiando financeiramente o governo colombiano. Sob Reagan, a luta antidrogas intensificou-se, ampliando a presença militar com a Estratégia Andina em 1989. Nos anos 1990, a relação EUA-Colômbia tornou-se impositiva, com cúpulas antidrogas buscando diálogo, mas sem gerar políticas eficazes. A Colômbia recebeu apoio militar para combater o tráfico, especialmente devido ao aumento do cultivo de coca.

O terceiro capítulo explora o Plano Colômbia, e é estruturado em quatro seções. A primeira contextualiza os anos 1980-1990, destacando o fortalecimento das guerrilhas, como as FARC, e o aumento da violência. A segunda seção analisa o cenário anterior à implementação do Plano, marcado por políticas neoliberais sob César Gaviria, recessão com queda de 4,5% no PIB em 1999, crise financeira, industrial, aumento do endividamento, desemprego e desafios do conflito armado e narcotráfico. Na terceira seção, é abordado o desenvolvimento e implementação do Plano Colômbia, concebido em 1999, inicialmente desmilitarizado, mas tornou-se militarizado focando no combate ao narcotráfico, abrangendo áreas como desenvolvimento econômico, social e conflito armado, com ênfase na erradicação de cultivos ilícitos. A militarização visava proteger interesses econômicos dos EUA, especialmente no setor petrolífero. Por fim, a última seção aborda a assistência militar e financeira dos EUA ao Plano Colômbia entre 2001 e 2007, inicialmente focada no combate ao narcotráfico e posteriormente nas operações contra as guerrilhas com o Plano Patriota em 2003. Sob Álvaro Uribe, houve aumento da presença militar, fornecimento de aeronaves e substancial apoio financeiro dos EUA, tornando a Colômbia um dos maiores receptores globais de assistência militar em 2007.

Enfim, o quarto capítulo analisa as implicações do Plano Colômbia, e se estrutura em cinco seções. Na primeira, destaca-se os Acordos de Paz e o declínio das FARC, iniciados em 2012 e assinados em 2016, devido à militarização colombiana apoiada pelos EUA. Entre 2002 e 2007, o contingente militar das FARC diminuiu de 22.000 para 8.978, com redução da capacidade de controle territorial. Na segunda seção, é analisado a transformação militar que ocorreu na Colômbia. A assistência norte-americana foi essencial para a reestruturação

organizacional das Forças Armadas colombianas, com a criação de novas unidades especializadas em operações especiais, como a Brigada Antinarcóticos, a Força-Tarefa Conjunta do Sul e a Força de Emprego Rápido. Também houve uma modernização tecnológica das forças colombianas, com a aquisição de novos equipamentos militares com investimentos dos EUA totalizando US\$ 391,3 milhões em 2016, destacados pelo Plano Paz Colômbia. O governo colombiano recebeu transferências substanciais de recursos financeiros e tecnológicos dos EUA de 2000 a 2009, contribuindo para o aumento de efetivos militares e da Polícia Nacional. A influência norte-americana não se limitou a recursos, moldando a estrutura e doutrina das forças armadas colombianas, alinhando-as com práticas da OTAN e evidenciando influência na agenda de segurança colombiana. Na terceira seção, destaca-se a presença estratégica dos EUA na Colômbia, argumentando que o complexo regional de segurança na Região Andina, centrado no narcotráfico, é resultado da influência dos EUA. Essa influência envolve transferência de recursos financeiros e militares, doutrinação das forças armadas locais e promoção de uma agenda securitária que associa o narcotráfico à ameaça à segurança nacional. Concluo observando que o Plano Colômbia não foi uma "intervenção por convite", de acordo com Tickner (2007), mas sim um acordo mútuo entre os Estados Unidos e a Colômbia. A quarta e quinta seções abordam o relacionamento com países vizinhos, mostrando que o Plano Colômbia desagradou a Venezuela, beneficiou Equador, Bolívia e Peru com assistências financeiras, mas gerou instabilidade diplomática devido às migrações forçadas que ocorrem. Impactou a estrutura social, econômica e militar da Colômbia, mas apesar dos impactos iniciais positivos, como a redução significativa de homicídios, melhorias econômicas e queda no desemprego e na pobreza entre 2000 e 2013, os desafios persistem, como os altos níveis de desigualdades sociais. Pois em 2012 houve um aumento da pobreza e o declínio do PIB per capita a partir de 2015, que podem estar relacionados ao ressurgimento de atividades guerrilheiras, indicando uma situação frágil na Colômbia.

Por fim, nas conclusões, sustendo a hipótese inicial de que ocorreu a militarização colombiana com influência dos Estados Unidos, evidenciada pela análise do Plano Colômbia, e os interesses norte-americanos na agenda securitária colombiana e na transformação militar do país. A construção da zona militarizada, analisada pelos Complexos Regionais de Segurança, aponta para a aderência aos ideais norte-americanos na região Andina, influenciando ameaças, interesses e transações militares. A presença militar dos EUA gerou instabilidade, resultando em

descontentamento com a Venezuela, deslocamentos forçados e aumento do cultivo de coca e tráfico nas fronteiras.

2 A PRESENÇA MILITAR DOS ESTADOS UNIDOS NA AMÉRICA LATINA NO PÓS-GUERRA FRIA

Neste capítulo, examinaremos com mais detalhes a maneira como a presença militar dos Estados Unidos da América foi estabelecida no contexto latino-americano, mais especificamente no território colombiano, dando origem a uma zona mais militarizada sob os interesses norte-americanos. A análise abordará o período inicial da Guerra Fria, no qual os Estados Unidos consolidaram sua influência militar na América Latina por meio da formação de tratados e organizações. À medida que avançamos para a década de 1990, exploraremos a transformação das relações entre os EUA e a América Latina, com uma ênfase crescente em laços econômicos, cooperação e o enfrentamento do narcotráfico, onde a Colômbia surge como foco principal da análise, devido aos grupos guerrilheiros como as FARC e o ELN, e destacando como a influência militar dos EUA moldou a dinâmica política e de segurança regional antes mesmo da elaboração do Plano Colômbia. Por fim, será analisado o processo que culminou no estabelecimento de uma nova fase na cooperação bilateral, com o objetivo de eliminar tanto o narcotráfico quanto os conflitos armados

Inicialmente, é importante revisitar algumas décadas anteriores ao fim da Guerra Fria para compreendermos as primeiras ações de aproximação militar dos EUA focadas na América Latina.

No início da Guerra Fria, ao final da década de 1940, é possível perceber as primeiras ações bem-sucedidas de afirmação da influência militar na América Latina, mesmo que a atenção fosse para outras regiões mais relevantes naquele momento, como a Eurásia¹. Uma dessas ações é a criação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e da Organização dos Estados Americanos (OEA). O TIAR², criado em 1947, após a segunda Guerra Mundial, tinha premissas que consistiam em: princípio de defesa mútua, compromisso com a paz e a segurança, consulta e cooperação, uso da força como último recurso, limitações à ação militar, e outras. A criação da OEA, um ano após o TIAR, tinha o objetivo de promover a cooperação e a

1 Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos estavam focados em combater o comunismo. Devido a isso, suas atenções políticas e militares foram voltadas às regiões dos países da União Soviética.

² Os países que entraram no escopo do Tratado são: Argentina, Bahamas, Barbados, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba (retirou-se em 1962), República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Trinidad e Tobago, Estados Unidos, Uruguai e Venezuela (removida em 2013) (Brasil, 1948).

solidariedade entre os países das Américas, visando fortalecer a paz, a segurança, o desenvolvimento e a democracia na região. Essas duas primeiras ações afirmou o poder dos EUA para o restante do continente americano. (Neto, 2015).

Posteriormente, já em 1962, outra ação de influência militar na região foi criada: o Colégio Interamericano de Defesa (CID), instituição responsável pela disseminação das doutrinas de defesa dos EUA durante a Guerra Fria. Com isso, os EUA passaram a dominar não só o fornecimento de material militar, mas também o treinamento e ensino de sua doutrina, monitorando e regulando o uso das forças armadas em 35 países do continente americano (Teixeira, 2021).

Essas iniciativas podem ser vistas como bem-sucedidas, pois a influência militar indireta em diversos países resultou em ditaduras como a do Chile, com Pinochet, ou a ditadura no Paraguai, com Stroessner, ou na Argentina, com Militares, e até mesmo no Brasil, também com os Militares. Sem falar nas intervenções diretas, como na Nicarágua, no Panamá e no Haiti.

No decorrer da Guerra Fria, o foco militar dos EUA não foi a América Latina, pois suas estratégias e focos militares estavam na região da Europa e da Ásia, a fim de cercar o território soviético. Porém, no início da década de 1990, quando a Guerra Fria termina, após a dissolução da União Soviética, foram notáveis as transformações nas relações entre os Estados Unidos e a América Latina, a fim de alcançar um estreitamento de laços com a região.

Durante esse período, a falta de uma política de relacionamento definida, devido ao foco norte-americano na União Soviética e na exterminação do comunismo, coincidiu com a emergência de interesses econômicos, como a ascensão do modelo neoliberal e o surgimento de um multilateralismo, surgido com o discurso de globalização. Assim, com o princípio fim das tensões do final da década na região, a administração de George Bush direcionou seus esforços para fortalecer os laços econômicos, não apenas entre os EUA e a América Latina, mas também com a América do Norte, através da negociação do Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte, em português), em 1992, e do lançamento da Iniciativa para as Américas. Essa mudança representou a transição de uma abordagem mais impositiva e ideológica, para uma perspectiva que enfatizava a cooperação, maiores investimentos e comércio. As administrações subsequentes, sob a liderança de Bill Clinton, mantiveram objetivos semelhantes. A implementação do Nafta, em janeiro de 1994, expôs a integração das economias da América do

Norte, e o próximo passo foi as negociações do Tratado de Livre Comércio das Américas (Herz, 2002).

Mas a década de 1990 não engloba apenas o foco econômico na América Latina, a política externa norte-americana para a região tem um notório interesse de estratégia militar, para reforçar a sua influência sobre os países latinos. A experiência de intervenções militares na região central e sul sugere que essa é uma opção considerada pelas lideranças dos Estados Unidos. Embora a intervenção no Panamá tenha sido a última ação militar unilateral dos EUA, o uso da força para alcançar objetivos considerados vitais havia voltado à pauta, especialmente devido ao tráfico de drogas ilícitas, que representava certo temor para a segurança nacional estadunidense (Domínguez, 1999).

De acordo com Adam Isacson (2005), a presença militar dos EUA na região pode superar em número a de seus diplomatas. O Departamento de Estado tinha, até 2005, cerca de 16 mil funcionários contratados diretamente em postos em todo o mundo, com a América Latina representando uma fração relativamente pequena desse total em torno de 4 mil. Por outro lado, o Comando Sul, a unidade encarregada das atividades militares dos EUA na América Latina e no Caribe, contava com uma equipe de 800 militares e 325 funcionários civis em seu quartel-general em Miami. Além disso, dois de seus componentes, o Exército Sul dos EUA em Porto Rico e a Tarefa Conjunta Force-Bravo em Honduras, combinaram para um contingente de 570 militares e 1.390 funcionários civis. Mais 107 oficiais eram encarregados de gerenciar os programas de assistência de segurança nas embaixadas dos EUA em toda a região. Adicionalmente, um número considerável era designado para o Comando de Operações Especiais Sul em Porto Rico e em "Locais Operacionais Avançados" - bases de apoio para aeronaves antidrogas dos EUA - localizadas no Equador, El Salvador, Honduras e nas Antilhas Holandesas. Em destacamentos temporários, mais de 55.000 militares, incluindo soldados da Guarda Nacional e reservistas, passaram pela América Latina em um ano típico.

De fato, os anos de 1990 foram de intensificação das relações econômicas e militares entre EUA e América do Sul, principalmente na região Andina. Contudo, imediatamente após os acontecimentos do 11 de setembro, o governo norte-americano reformulou sua política de segurança, voltando suas atenções para a Guerra Ao Terror³, fazendo com que a região da

³ A Guerra Ao Terror foi uma iniciativa criada pelo governo de George W. Bush para combater o terrorismo, após s atentos às Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001.

América Latina tivesse outro tipo de atenção, com maior foco no combate ao Narcotráfico no México e às FARC, na Colômbia, em vista do receio que mais grupos de resistência surgissem na região (Grandis, 2010).

2.1 TENDÊNCIAS DA SEGURANÇA NORTE-AMERICANA NA REGIÃO LATINA

No final da década de 1990, a identificação das ameaças à segurança dos Estados Unidos incluía diversas dimensões, como a aquisição de armas de destruição em massa por parte de alguns Estados, organizações terroristas e imigrações ilegais. Além disso, os norte-americanos se preocupavam com a propagação de tecnologias perigosas relacionadas a armas de confrontos bélicos, Estados fragilizados ou envolvidos em conflitos motivados por questões religiosas, culturais, raciais, atividades de inteligência estrangeira e possíveis acessos a segredos diplomáticos, tecnológicos, econômicos ou comerciais dos Estados Unidos. Adicionalmente, havia preocupações relacionadas a desafios ambientais e de saúde. A estratégia resultante dessas avaliações buscava fortalecer a segurança e a prosperidade econômica dos Estados Unidos, ao mesmo tempo que usavam do discurso de promoção da democracia e dos direitos humanos (Herz, 2002).

Como dito anteriormente, a América Latina não era considerada uma região de alta prioridade. Isso se deu, em parte, à necessidade de estabelecer prioridades na alocação de recursos e atenção. Tensões nas regiões afetadas pela desintegração da União Soviética, controle do petróleo no Oriente Médio, o conflito árabe-israelense, a ameaça da aquisição de armas de destruição em massa por parte do Iraque, a necessidade de reformular a aliança atlântica, entre outros fatores de tensão militar não deixavam espaço para uma atenção mais focalizada na América Latina (Herz, 2002).

Entretanto, com a nova essa nova perspectiva de ameaça à segurança nacional, focada em combater a emergência de países do Oriente Médio, com a política de Guerra ao Terror, o narcotráfico se encaixaria nas definições de prioridade de segurança territorial, que inclui a atividade criminosa transnacional, em particular o tráfico de drogas e de armas, a perda de controle do Estado sobre o território e falta de aplicação da lei, além da presença de grupos insurgentes de orientação esquerdista. Assim, a atenção destinada à cooperação militar com a Região Andina, responsável pela maior parte da cocaína que chega aos Estados Unidos, e uma

fonte crescente da heroína consumida no país, passou a ter fundamento para os decisores políticos dos EUA, pois a região passou a representar um interesse geopolítico em termos de comércio, origem de migrantes e impacto do conflito (Villa e Ostos, 2005).

Apesar da Região Andina ter se tornado o foco de atenção devido ao narcotráfico, não foi apenas essa região que passou a ter a atenção dos Estados Unidos, pois desde os mandatos de Reagan, nos anos de 1980 a 1988, há um objetivo de combater o narcotráfico em outros lugares do mundo, como no México (um país com uma relação histórica complexa com os EUA). Assim, na administração de George Bush, o governo lançou o National Drug Control Strategy, que resultou, por exemplo, na invasão ao Panamá, em 1989. Para os tomadores de decisão norte-americanos, a política de *going to the source* – “ir à fonte” – teria encontrado sólidos argumentos empíricos para a implementação de planos como o *Plan Dignidad*, de 1998, destinado a erradicar os cultivos de coca na região de Chapare, na Bolívia e do Alto Huallaga do Peru, onde eram cultivadas cerca de 80% a 90% do plantio era destinado à alimentação da produção de cocaína no mundo (Villa e Ostos, 2005; Rippel, 2006).

Além de Bolívia e Peru, regiões como a América central, Caribe e o Cone Sul também foram de interesse nas políticas de segurança e reafirmação de liderança dos EUA. A adoção de políticas de isolamento de Cuba, interferindo diretamente nas questões políticas da Nicarágua e de Granada, contra regimes considerados revolucionários, também são exemplos das interferências militares dos EUA, seja direta ou indiretamente. Com o fim da ditadura militar na Argentina frente aos acontecimentos das Ilhas Malvinas, em 1982, e o fim da ditadura ne Augusto Pinochet, no Chile (ditaduras financiadas e apoiadas pelos EUA), e finalmente com a democracia predominando no continente, o discurso teria que mudar (Lowenthal, 1989). Os Estados Unidos passaram, então, a propagar a globalização, a “nova ordem mundial” e uma agenda neoliberal em prol da democracia. Assim, nos anos 1990, George W. Bush, propôs, em 2001, um novo plano para a região: a Iniciativa Regional Andina (*Andean Regional Initiative* – ARI), com propósito explícito de fomentar a democracia, o desenvolvimento e o combate às drogas. Seus programas abrangeram a Bolívia, a Colômbia, o Equador, o Peru, a Venezuela e parte do Panamá e do Brasil (Rippel, 2006). Mas os Estados Unidos e a OTAN ainda mantiveram bases militares em Curaçau, Guadalupe, Aruba, Belize, Barbados, Martinica, República Dominicana, Porto Rico, Haiti, Cuba (Guantánamo), México, Honduras, El Salvador, Costa Rica,

Panamá, Colômbia, Guiana Francesa, Suriname, Peru, Paraguai (Tríplice Fronteira), Argentina (Ilhas Malvinas, ocupadas pela Grã-Bretanha) e Chile (Carrion, 2023).

2.2 RELAÇÕES MILITARES COM A COLÔMBIA

O desenvolvimento das relações militares na América Latina e a decorrência do narcotráfico intensificaram uma relação militar com a Colômbia. As relações entre os Estados Unidos e o país colombiano têm um histórico de proximidade e afastamento conforme eram postas as necessidades norte-americanas periodicamente. Mas embora esses períodos de alinhamento e afastamento, Washington sempre foi um aliado para os colombianos. Isso levou à utilização do termo 'política interméstica', que descreve a ultrapassagem de políticas domésticas para o plano internacional, se tornando um assunto que ultrapassa fronteiras. Essa intervenção se torna complexa, uma vez que se limita não apenas a ações pontuais, mas envolve a construção, o desenvolvimento e o fortalecimento de capacidades estatais, onde a interferência dos EUA seria “explicada” pela falta de capacidade estatal da Colômbia em agir contra o narcotráfico. A passagem de Diana Rojas (2009, p. 122) pode esclarecer melhor o raciocínio:

Como assinalamos, a intervenção estadunidense na Colômbia abarca a maioria das dimensões do funcionamento do Estado, deixando de ser um assunto pontual para tornar-se mais “abrangente”; isso implica uma maior complexidade que dá forma a um tipo de intervenção através do qual busca-se suprir as deficiências na construção de Estado em países débeis. A intervenção como “nation building” fez com que, no caso colombiano, os Estados Unidos construam um sistema ou instância paralela de governabilidade, gerando um entrelaçamento assimétrico entre a política doméstica estadunidense com a dinâmica política do país. Desse modo, a política doméstica estadunidense, sua dinâmica e a sua lógica adquirem uma grande relevância e capacidade de incidência em quase todos os aspectos da vida nacional. Isso faz com que os atores e os cenários transformem-se a

ponto de poder falar em uma “política interméstica”, não obstante o entrelaçamento dos sistemas políticos nacionais é profundamente assimétrico, ainda que a Colômbia adquira algum grau de relevância e de visibilidade na cena política estadunidense, sua capacidade de incidência é mínima.⁴

Como já fora dito, é com a administração de Reagan, no início dos anos 1980, que o problema das drogas surgiu na agenda de segurança dos EUA. No primeiro ano de seu mandato, Reagan instituiu a Lei de Autorização para a Defesa Nacional (National Defense Authorization Act, NDAA), atribuindo ao Departamento de Defesa dos Estados Unidos a tarefa de coordenar as operações antidrogas no território nacional e estrangeiro, especialmente o latino-americano.

Um plano de “larga escala” foi criado, em 1982, para combater a produção, o processamento e o consumo de drogas. A Diretiva Nacional de Segurança nº 221, o National Security Defense Directive (NSDD), de abril de 1986 afirmou que “a produção de drogas e o tráfico são uma ameaça à segurança das Américas”⁵ (Steiner, 1999 *apud* Passos, 2012 p.44)

Os Estados Unidos, com algumas políticas públicas de restrição para drogas ilícitas internamente, a fim de diminuir a demanda e conseqüentemente afetar as produções e o tráfico internacional, se aliou ao governo colombiano, levando a Colômbia a legitimar a ação militar da Inglaterra nas ilhas Malvinas e a suspender suas relações com Cuba. Além disso, assinaram o Tratado de Extradicação com os Estados Unidos, o qual se tornou lei em novembro 1980, fruto de negociações iniciadas em 1978 sem a participação do Congresso ou da sociedade civil. O tratado é um dos pontos fundamentais das relações entre Estados Unidos e Colômbia (Passos, 2012).

⁴ Tradução livre da autora. Original: Como lo señalamos, la intervención estadounidense en Colombia abarca la mayoría de dimensiones de funcionamiento del estado, con lo cual, deja de ser un asunto puntual para ser más “integral”; esto implica una complejización que le da forma a un tipo de intervención que a través de la cual se busca suplir las deficiencias en la construcción del estado en los países débiles. La intervención como “nation building” ha hecho que, para el caso colombiano, Estados Unidos se haya ido constituyendo en una especie de sistema o instancia paralela de gobernabilidad, generando a su vez, un entrelazamiento asimétrico de la política doméstica estadounidense con la dinámica política en el país. De este modo, la política doméstica estadounidense, su dinámica y su lógica adquieren una gran relevancia y capacidad de incidencia en casi todos los aspectos la vida nacional. Ello hace que los actores y los escenarios se transformen al punto de poder hablar de una “política interméstica”; no obstante ese entrelazamiento de los sistemas políticos nacionales es profundamente asimétrico puesto que, aunque Colombia adquiere algún grado de relevancia y de visibilidad en la escena política estadounidense, su capacidad de incidencia en ella es mínima.

⁵ Tradução livre da autora. Original: “drug production and trafficking comprised a threat to the security of the Americas”

Após a invasão no Panamá, com sua política de “tolerância zero”, e com o fim da Guerra Fria, os EUA demonstraram que estariam dispostos a utilizar quaisquer meios para combater o narcotráfico e isso evidenciou que a Região Andina passaria a ser um eixo importante na construção de um complexo regional estratégico de segurança para Washington, através da criação de uma zona militarizada.

A partir de 1990, três principais premissas foram adotadas para a Estratégia Andina: o fortalecimento das instituições de países centrais para a oferta de drogas (Bolívia, Colômbia, Peru), o fortalecimento do Exército e da Polícia para o combate às drogas e assessoria militar e policial para a desarticulação de cartéis (Colômbia) e firmas (Peru) (Passos, 2012). Reforçando a militarização das operações antidrogas promovidas pelos Estados Unidos. O financiamento dos EUA era destinado especialmente ao treinamento das polícias e das Forças Militares.

Na tabela abaixo (Tabela 1) é possível analisar o fornecimento de assistência financeira à Colômbia, para o setor de segurança. Percebe-se uma diminuição do valor no ano de 2001, que pode ser explicado pelos acontecimentos do 11 de Setembro, que levou os EUA a focar apenas na Guerra ao Terror. Mas a partir de 2008, com a crise financeira (subprime), os financiamentos diminuem drasticamente, pois o foco passou ser a assistência de Programas Antidrogas.

TABELA 1: Financiamento dos Estados Unidos ao setor de segurança da Colômbia de 1996 a 2015, em dólares americanos cotados no ano de 2022.

ANO	VALOR (US\$)	ANO	VALOR (US\$)
1996	\$64,468,000	2006	\$737,040,053
1997	\$86,562,950	2007	\$1,435,439,405
1998	\$115,161,000	2008	\$699,304,727
1999	\$309,912,046	2009	\$471,470,106
2000	\$999,575,846	2010	\$437,324,860
2001	\$229,525,231	2011	\$370,792,537
2002	\$514,098,431	2012	\$247,859,979
2003	\$754,593,589	2013	\$259,325,132
2004	\$789,470,130	2014	\$246,040,931
2005	\$724,811,612	2015	\$218,463,613

Tabela elaborada pela autora, com base nos dados fornecidos pelo site Security Assistance Monitor. Acessado em: 11/11/2023. Disponível > <https://securityassistance.org/security-sector-assistance/>

Como resultado da crescente importância da região andina em relação aos objetivos estratégicos dos Estados Unidos, houve uma expansão da sua influência direta no solo colombiano, marcando a região como uma zona de maior influência militar, e consequentemente uma zona militarizada, designando o país colombiano a um complexo regional de segurança, através da securitização do narcotráfico. Essa ideia de Complexo Regional de Segurança é trazida por Berry Buzan e Ole Wæver em 2003, no livro “Regions and Powers: the structure of International Security”, onde destacam que um complexo regional é formado “por um conjunto de unidades, cujo principais processos de securitização, dessecuritização ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos de maneira independentes umas das outras” (Buzan e Wæver, 2003). Dessa forma, a criação de um complexo regional de segurança, ocasionada pela militarização do narcotráfico, se complementa com o argumento de Rojas (2009) sobre a incapacidade estatal da Colômbia de resolver este problema securitário sozinha, dando margem à justificativa da presença militar dos EUA como o ator securitizador do conflito. A passagem de Cepik (2005, p. 5), exemplifica melhor essa ideia:

Neste sentido, enquanto as superpotências podem mais facilmente transcender a lógica da adjacência ou os constrangimentos geográficos em suas relações de segurança no planeta inteiro, esta não é uma possibilidade para a maioria dos cerca de duzentos Estados existentes hoje em dia. Situados entre os países que podem ser caracterizados como superpotências e aqueles 5 Estados mais fracos, “prisioneiros das dinâmicas de segurança estabelecidas por seus vizinhos”, os autores procuram diferenciar ainda as potências regionais e as grandes potências. A diferença entre estes dois últimos tipos de atores está relacionada com suas capacidades materiais, mas também com o modo segundo o qual cada Estado é incluído nos cálculos de poder, nas percepções de ameaça e no entendimento sobre ganhos relativos dos demais atores.

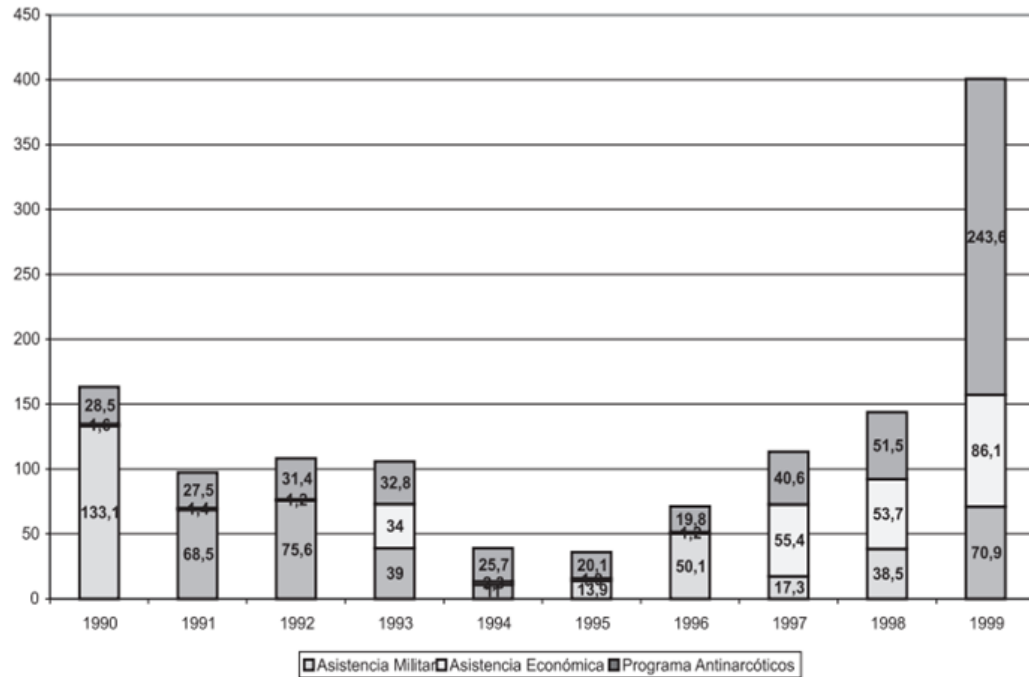
A explicação de Cepik (2005), pode ser analisada através do ponto em que a Colômbia se tornou refém das dinâmicas complexas que envolvem o narcotráfico e o combate com as guerrilhas, onde a superpotência (Estados Unidos) consegue transcender esse empecilho, podendo fornecer auxílio. A teoria dos Complexos Regionais de Segurança será melhor analisada no capítulo 4 deste trabalho.

Durante a administração de Bill Clinton, entre 1993 e 2001, os EUA passaram a adotar algumas medidas punitivas em relação à Colômbia, evidenciando a relação de aproximação e afastamento de acordo com os interesses periódicos norte-americanos. Essas medidas punitivas se deram com a premissa de que não estavam focados no objetivo de lutar contra o narcotráfico, em vista da continuidade da crescente onda de guerrilhas e conflitos entre as FARC e o governo, que afetavam os civis. Em 1998, entra em vigor a Lei de Eliminação de Drogas no Hemisfério Ocidental (*Western Hemisphere Elimination Act*), direcionando um montante ainda maior para os esforços antidrogas na região. Esse período marcou um breve distanciamento entre Washington e Bogotá (Passos, 2012).

Com o mandato de Ernesto Samper, entre 1994 e 1998, alguns escândalos de envolvimento do governo aos grupos narcotraficantes foram evidenciados. Isso fez com que Samper erradicasse com pesticidas e queimadas milhares de hectares de cultivo de coca, a fim de refazer a boa relação com os EUA. A guerra do tráfico na Colômbia tornou-se um ponto focal da política de segurança dos Estados Unidos no hemisfério, pois envolveu elementos previamente identificados como ameaças aos EUA, como a criminalidade transnacional, especificamente o tráfico de drogas e de armas, a perda de controle do Estado sobre o território, bem como a presença de grupos revolucionários. Logo, esse discurso utilizado pelos estadunidenses sobre o conflito na Colômbia, a fim de legitimar sua cooperação, pode ser visto na análise de criação de um complexo regional de segurança, pois o mesmo prevê a sobreposição de poder, onde os EUA teriam “o dever” de administrar o território colombiano.

Na figura abaixo (figura 1) é possível analisar os tipos de assistência que os Estados Unidos reservaram à Colômbia. Percebe-se que durante o início da década de 1990, a assistência militar era maior que as demais, mas que a partir de 1997 a assistência econômica e programas antidrogas se tornaram maiores. O que não significa a falta de assistência militar ao território colombiano, pois os valores ainda se mantiveram altos.

FIGURA 1 - Ajuda discriminada dos EUA à Colômbia, de 1990 a 1999, em dólares americanos cotados no ano de 2006.



Fonte: Diana Rojas; El taller del imperio global: Análisis de la intervención de Estados Unidos en Colombia, análisis político n° 65, Bogotá, janeiro-abril, 2009: págs. 111-126.

2.2.1 AS FRAC-EP E O ELN

A Guerra Civil na Colômbia, em 1940, ocasionada pelos conflitos entre os partidos Conservador e Liberal, onde o Partido Liberal adotava uma postura mais progressista, defendendo a necessidade de implementar um modelo de desenvolvimento nacional, inclusive para conquistar apoio popular contra os Conservadores, teve seu estopim com o assassinato de Jorge Eliécer Gaitán, líder liberal e populista da ala radical do Partido Liberal, que brigava por reformas políticas e sociais, combatendo a corrupção política. Sua morte desencadeou uma onda de manifestações de operários e camponeses em todo o país. Nesse contexto, o mundo vivia o início da Guerra Fria, e a revolta foi considerada insustentável pela Casa Branca. Os Conservadores colombianos, no poder, receberam instruções de Washington para reprimir, resultando no período entre 1948 e 1953 conhecido como "La Violencia" (Ceará, 2023).

Essa disputa entre os partidos ocasionou à criação do PCC (Partido Comunista Colombiano) que organizaram os primeiros focos de resistência armada, assumindo a luta pela

sua própria existência e também pela defesa de seus interesses. Mas em 1953, a Ditadura Militar foi instaurada na Colômbia, com o General Rojas Pinilla, com o propósito de pacificar e resolver a convulsão social que assolava o país. Em 1958, culmina um entendimento entre os partidos Liberal e Conservador, conhecido como "Frente Nacional", que estabeleceu um monopólio de poder. Simultaneamente, no campo, os grupos de autodefesa, previamente organizados pelo PCC (guerrilhas comunistas) em resposta à brutalidade oficial durante o período de "La Violencia", abandonaram a mobilidade e iniciaram a criação de zonas de "colonização armada" ou áreas de autodefesas. Essa resistência gradualmente passou a incomodar o governo da coalizão, que, em 1964, denominou esses grupos de "repúblicas independentes" e ordenou um bombardeio aéreo sobre a região considerada insurgente. Somado a esses episódios de violência contra os camponeses, acontecia a Guerra Fria, que incentivava a divisão entre comunistas e capitalistas e permitiu que os conflitos políticos e sociais na América Latina fossem vistos como subprodutos do enfrentamento global. Esses núcleos resistiram aos ataques e se transformaram no embrião que posteriormente deu origem ao movimento guerrilheiro, como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) (Ceará, 2023).

O ELN foi criado, em 1964, também em resposta à violência do governo, mas por um grupo de estudantes que estava em Cuba, quando ocorreu a Revolução Cubana. Assim, esses estudantes, encabeçados por Fábio Vásquez Castaño, e inspirados pela resistência cubana, criam a Brigada Pró-Libertação Nacional, e retornaram à Colômbia com instruções, estratégias e preparação ensinados pelo governo cubano. (Vélez, 2001).

Apesar de todas as guerrilhas terem tido um papel importante na história da Colômbia, o grupo com maior impacto, sem dúvidas, foi as FARC. As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia tiveram um impacto significativo na política colombiana, desencadeando um conflito armado de mais de meio século. Sua presença gerou impactos políticos e sociais, resultando em diversos combates com o governo. As operações governamentais moldaram a agenda política, enquanto as tentativas de negociações de paz impactaram a opinião pública. Houve transformações na legislação e na segurança nacional a fim de atingirem acordos com grupo. As implicações econômicas abrangeram setores como agricultura e mineração, modificando áreas de plantio, como o aumento das plantações de coca. Além de também impactar na política externa do país, influenciando negociações com os EUA, e também com seus países vizinhos devido à expansão dos grupos de guerrilha para além das fronteiras.

Apesar da dissolução do grupo com os acordos de paz de 2016, suas profundas raízes ainda geram impacto na sociedade e na política colombiana.

2.3 POLÍTICA DE GUERRA ÀS DROGAS: DINÂMICAS ENTRE OS EUA E COLÔMBIA

Depois do período chamado “la violencia”, e do Golpe Militar de 1953, as guerrilhas passaram a fazer parte do cenário social e político da Colômbia. Entre 1958 e 1974, foi criado o “pacto bipartidário de paridade e alternância” conhecido como Frente Nacional, para compartilhar o controle do governo, encerrando conflitos entre liberais e conservadores. No entanto, excluiu camadas sociais não representadas, assim como partidos menores e independentes, gerando instabilidade institucional e levando ao surgimento de exércitos revolucionários nos anos 1960, como as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), o ELN (Exército da Libertação Nacional) e o EPL (Exército Popular da Libertação). O principal objetivo desses grupos era implementar mudanças políticas no Estado (Pereira, 2015). Assim, em 1964 se instaura a guerra armada entre o governo e as guerrilhas, onde as forças governamentais foram apoiadas pelos EUA (Medina, 2001).

A guerra civil também contribuiu para a criação de um vácuo de poder em diversas regiões rurais da Colômbia. Isso resultou no aumento da influência de importantes traficantes de drogas, como o conhecido Pablo Escobar. Os cartéis de drogas exerciam uma significativa influência política e econômica, onde muitas famílias se sustentavam a partir dos cultivos de coca, desempenhando um papel central em economias locais. Além disso, grande parte da infraestrutura nessas áreas era financiada e mantida por esses grupos (Franz, 2016). A influência desses grupos em governos locais, nacionais e em grupos que deveriam cuidar da segurança da população, também era notável (Bagley, 1988).

Ainda sob as ocorrências da Guerra Fria e temendo a insurgência dos grupos revolucionários e a perda de influência sobre o território andino, Washington, durante as administrações de Nixon e Ford entre 1970 e 1977, passou a disponibilizar empréstimos e ajuda financeira ao país, financiando compra de armamento e material de apoio, assim como alocando oficiais do exército americano para treinamento das Forças Armadas colombianas (Bagley, 1988). Em 1973, os EUA criam o DEA (*Drug Enforcement Agency Administration*), que

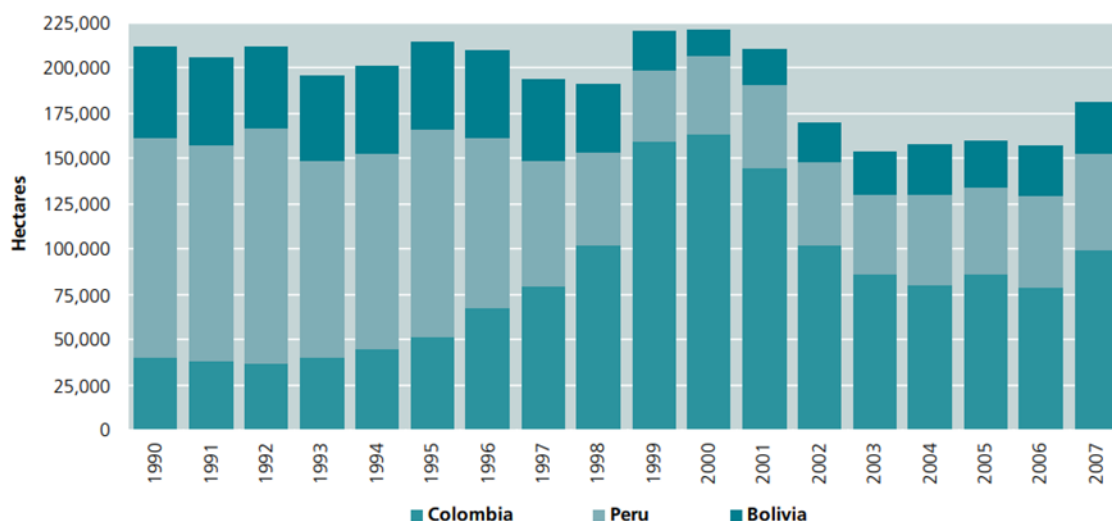
acumulou as funções de cuidar da política antidrogas dentro do próprio país e das ações contra o narcotráfico no exterior (Santos, 2006).

Sob a administração de Reagan, e suas políticas antidrogas, foi aprovada, em 1982, a Defense Authorization Act, que permitiu o exército norte-americano participar da luta contra as drogas. Em abril de 1986, Washington incorporou à doutrina de segurança nacional, a National Security Decision Directive (NSDD), que caracterizava a junção entre terrorismo de esquerda e narcotráfico como uma ameaça letal para a segurança nacional dos EUA (Rodrigues, 2004 *apud* Santos, 2006). Em 1989 a Estratégia Andina foi lançada, consistindo no envio de tropas, na ampliação da ajuda econômica para atividades militares e policiais e no aumento das pressões sobre os países produtores de cocaína.

Os anos 1990, com George Bush no comando da Casa Branca, e Barco, no comando de Bogotá, a relação entre EUA e Colômbia passou a ter nova característica, agora não tão amistosa e sim mais impositiva por parte dos estadunidenses. Uma das tentativas de controle sobre o narcotráfico, o governo estadunidense promoveu a conhecida Cúpula de Cartagena, em 1990, e a Cúpula de San Antonio, em 1992, a fim de estabelecer um diálogo entre EUA e os países produtores de cocaína. As cúpulas juntaram Bush e os presidentes Virgilio Barco Vargas (Colômbia, em 1990), Jaime Paz Zamora (Bolívia, em 1990) e Alan Garcia (Peru, 1990). César Gaviria (Colômbia, em 1992), Alberto Fujimori (Peru, em 1992) e Paz Zamora (Bolívia, em 1992); contou também com a presença dos presidentes Carlos Andrés Peres (Venezuela, em 1992), Rodrigo Borja (Equador, em 1992) e Salinas de Gortari (México, em 1992) (Bagley, 1993). Porém as cúpulas não foram suficientes para a elaboração de políticas efetivas antidrogas.

Bolívia, Peru e, sobretudo, Colômbia, foram receptores de grande quantidade de aparatos militares provenientes dos EUA para combater o tráfico de drogas. O motivo dessa inclinação pode estar ligado ao fato de que os países andinos, apesar de se mostrarem contra as inversões militares dos EUA na região, entendiam que esta poderia ser uma maneira de atrair recursos financeiros do país norte-americano e de obter maior proximidade comercial e econômica, ou pode estar ligado ao fato de serem os três maiores produtores de cocaína da região, onde podemos observar, no gráfico 2, o aumento do cultivo nesses países, em especial o aumento do cultivo na Colômbia (Guzzi, 2008).

FIGURA 2 – Área de cultivo de coca, de 1990 a 2007, na Colômbia, Peru e Bolívia, em hectares de terra.



Fonte: Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime; World Drug Report 2008, p. 13. Acessado em 11/11/2023. Disponível > https://www.unodc.org/documents/wdr/WDR_2008/WDR_2008_eng_web.pdf

O Tratado de Extradicação foi estabelecido em 1979, e marcou atritos diplomáticos entre EUA e Colômbia, pois consistia na entrega de nacionais colombianos que eram acusados de suposto envolvimento com o tráfico de drogas para o país norte-americano. Porém, durante o governo de César Gaviria, de 1990 a 1994, quando foi instituída a Constituição da Colômbia, o acordo foi revogado para que o governo sul-americano pudesse negociar com os chefes dos cartéis responsáveis pelo tráfico sob a atenuação da pena em troca da declaração de culpabilidade. A passagem de Guzzi (2008, p.43), pode esclarecer a situação:

“Dessa forma, Gaviria prendeu os chefes dos principais cartéis da Colômbia: de Medellín e de Cali. Em primeiro lugar, ocorreu a prisão dos irmãos Ochoa, líderes de Medellín. Pablo Escobar, por sua vez, rendeu-se à polícia colombiana em troca de ser julgado e condenado no próprio país, porém, depois que se entregou, fugiu da prisão. Quando foi novamente capturado, com o auxílio do cartel de Cali, a partir do fornecimento de informações sobre o seu paradeiro, foi assassinado. Em 1995, os chefes de Cali (Gilberto e Miguel Orejuela) também foram presos, neutralizando, assim, o poder dessas organizações.

No entanto, novos cartéis começaram a surgir, mas atuando de uma maneira mais descentralizada o que dificultava a ação do governo nacional.”

Na segunda metade da década de 90, na administração de Ernesto Samper, entre 1994 e 1998, na Colômbia, foi marcada pela crise e pela polarização. Um governo declaradamente de esquerda, com um presidente que depois assume o comando da UNASUL (União das Nações Sul-Americanas), com premissas e orientações distintas a do então governo de Bill Clinton, logo passou a ser relacionado a “escândalos” de suposto envolvimento com o narcotráfico e que suas campanhas eleitorais haviam sido financiadas pelos grupos de guerrilhas das drogas. Isso contribuiu para o discurso das ações punitivas dos Estados Unidos, com alegações de que o governo financiava as drogas e as FARC. A acusação de ser sustentado por dinheiro ilícito durante a sua campanha favoreceu uma campanha de isolamento do país a nível internacional, coordenada por Washington.

Buscando vencer o isolamento, a Colômbia se aproximou de outros países e fóruns multilaterais para angariar apoio ao governo, como México e Venezuela (Villa e Ostos, 2005). O presidente Ernesto Samper promoveu a erradicação massiva do cultivo de coca, com o intuito de melhorar as relações com os Estados Unidos e conter a expansão do narcotráfico. Foram erradicados 23.402 hectares em 1995. Entretanto, a produção aumenta: salta, no mesmo ano, de 23.402 hectares cultivados, para 50.900. Nos anos seguintes, a produção salta para 67.200 e 79.400, respectivamente, entre 1996 e 1997. Em 1999, atinge 160.100 hectares. Mas com a erradicação dos cartéis de Medellín e Cali, durante as administrações de Gaviria e Samper, ocorre a diminuição da espiral de violência na Colômbia entre forças oficiais e narcotraficantes. Embora o problema das drogas no país não tenha sido definitivamente solucionado, isso contribuiu para que outros temas ganhassem espaço na política exterior colombiana (Villa e Ostos, 2005).

No final da década, entre 1995 e 1998, com o aumento do cultivo de coca e o temor de um possível descontrole do tráfico, Clinton adota medidas mais duras, como o estabelecimento de um polêmico mecanismo de certificação, que consistia em uma qualificação feita pelo governo estadunidense em relação à cooperação (ou não) de certos países na temática das drogas. Um país que não obtivesse a certificação não poderia receber crédito de agências dos Estados Unidos e enfrentaria dificuldades para obter financiamento em organismos comerciais multilaterais, podendo chegar a passar por sanções comerciais. A Colômbia foi certificada em 1995 e 1998, não

recebendo o certificado em 1996 e 1997. Assim, para contrapor a falta de amizade com os EUA, em 1997, Samper anuncia a criação do Grupo do Rio, composto por México, Venezuela, Costa Rica e Espanha, os quais seriam eventuais colaboradores em um processo de paz. O presidente também buscava apoio para pressionar as guerrilhas a apoiar as eleições realizadas em 1997 (Passos, 2012).

Mas com a chegada de George W. Bush à presidência dos EUA, ocorre uma mudança na abordagem estadunidense em relação à Colômbia, em resposta ao novo caráter do conflito. O que antes com Clinton foi de afastamento, com Bush seria de “investimentos pesados”. A estratégia de Washington passou da contenção do narcotráfico para a sua eliminação.

Essas novas abordagens e planos estratégicos para a Região Andina abrem espaço para as negociações do Plano Colômbia (2000), pensado no governo anterior, mas posto em prática durante seus mandatos. Assim, o conflito deixa de ser um conflito de fato e passa a ser o eixo norteador da cooperação militar desenvolvida entre os dois países (Passos, 2012).

Essa contextualização sobre a presença militar dos EUA e sua intensificação a partir do fim da Guerra Fria, focando na América Latina como uma região de influência, e com fortes investimentos militares, foi importante para, a partir disto, observar a construção da Colômbia como um polo militar altamente estratégico para os EUA perante o continente, através das análises sobre os tópicos de tendências de relacionamento com os países latinos, as relações militares entre EUA e Colômbia, quais foram as políticas de guerra às drogas implementadas e pensadas pelos EUA e analisarmos nosso principal objeto de pesquisa, o Plano Colômbia.

3 O PLANO COLÔMBIA

Após analisarmos no capítulo anterior como a presença militar dos EUA foi construída na América Latina, bem como a transformação dessas relações (políticas, econômicas e militares) após a Guerra Fria, e a atenção militar especial dada a Colômbia durante a política de combate ao narcotráfico, será analisado neste capítulo o Plano Colômbia, com um breve contexto histórico, a forma como ele foi implementado e suas resoluções.

Surgindo em resposta aos desafios políticos, econômicos e sociais nas décadas de 80 e 90, foi lançado em 1999, seguindo a proposta original do presidente Pastrana em 1998. Implementado em 2000, o Plano focou na erradicação de cultivos de coca e militarização.

Intrinsecamente ligado ao surgimento histórico de grupos guerrilheiros, como as FARC e o ELN, nas décadas de 70 e 80, impulsionados por questões agrárias e insatisfações institucionais, o Plano Colômbia também reflete a estratégia dos Estados Unidos na América Latina em conter influências de esquerda, especialmente nas áreas andinas. Analisar os resultados do Plano é crucial para compreender a evolução da história militar colombiana diante de desafios complexos, incluindo crises políticas e o cenário embaraçoso do narcotráfico.

A análise do Plano Colômbia pode começar com a percepção de algo constantemente presente na América Latina, como a violência política, que acaba impactando socialmente e economicamente diversas camadas da população e incentiva a criação de grupos revolucionários (de guerrilhas) com éticas revisionistas, que clamam por uma vida melhor. Então, como vimos no capítulo anterior, a fragmentação estatal e a violência foram dois elementos presentes na história da Colômbia. É a partir da análise desses movimentos de guerrilhas que examinaremos o Plano Colômbia.

É válido ressaltar que o Plano Colômbia não se trata de um tratado ou um acordo entre o Estado Colombiano e o Governo dos Estados Unidos, mas sim de uma estratégia militar, econômica e social, pensada e organizada em conjunto entre estes dois países.

Dessa forma, após a reflexão anterior sobre o Plano Colômbia ser uma estratégia de securitização, podemos conectar nosso raciocínio à criação das FARC e do ELN que, em 1974, durante a Quinta Conferência Guerrilheira, definem os seus núcleos de expansão. As preferências de ocupação são regiões de colonização distantes dos centros urbanos, onde existiam conflitos agrários não resolvidos e vazios institucionais, que na passagem de Pécaut, 2001, p. 33 *apud* Passos, 2012, pode ser melhor explicada:

Frente à ausência de instituições legais, as guerrilhas trazem, de maneira muito simples, um princípio de ordem social local: impõem regulações coletivas, resolve conflitos entre indivíduos, garante uma certa estabilidade aos proprietários de terra apesar da carência frequente de títulos de propriedade.

De fato, a economia da droga muda radicalmente o contexto no qual as guerrilhas atuam. Dessa maneira, a expansão das FARC foi impactante pois de dez frentes no final da década de 70, passam a contar com mais de vinte nos primeiros anos da década de 80. Assim, a partir dos anos 1980, ocorre o fortalecimento das guerrilhas que ocasiona um aumento nos homicídios no país.

Em 1984, o governo do presidente Betancur acorda um cessar-fogo com o M-19⁶, mas o acordo é de curta duração. Em 1985, o M-19 ocupa o Palácio da Justiça, resultando na morte de onze juízes e 90 civis. Nesse ano, as FARC expandiram sua presença para 173 municípios colombianos. Esse avanço das guerrilhas sobre o território colombiano nos anos 70, fez com que o narcotráfico ganhasse destaque na Colômbia, substituindo México e Jamaica na produção de maconha e Cuba na produção de cocaína. Vale ressaltar que o sucesso da política antidrogas dos Estados Unidos no México contribuiu para que a Colômbia assumisse um papel proeminente no tráfico de drogas. Os lucros elevados incentivaram os traficantes colombianos a controlarem todos os estágios da produção de drogas (Passos, 2012).

Em 1985, o Estado Maior das FARC redefine seu planejamento estratégico, dividindo-o em três fases: crescimento por meio da criação de novas frentes, controle da Cordilheira dos Andes e cerco a Bogotá para isolar os Llanos Orientais⁷ e a capital do restante do país. A partir desse ano, as FARC experimentam uma notável expansão, impulsionada pela trégua do governo Betancur, financiamento proveniente do cultivo e laboratórios de drogas ilícitas, além do trabalho de base inicialmente em áreas rurais de colonização e, posteriormente, em zonas urbanas (Passos, 2012). As negociações definiram ainda que, um ano após o início das conversações de paz, seria preciso fornecer as condições que permitissem ao grupo guerrilheiro “organizar-se política, econômica e socialmente”. Foi aí que nasceu, em maio de 1985, a União Patriótica (UP). Em 11 de novembro de 1988, ocorreu a execução pública de quarenta militantes na praça central de Segóvia, no departamento de Antioquia. Esses assassinatos coletivos, realizados simultaneamente, continuaram ao longo do tempo. O método de assassinato seletivo foi empregado contra os eleitos e líderes da UP, resultando na eliminação de dois candidatos presidenciais, Jaime Pardo Leal em 1987 e Bernardo Jaramillo Ossa em 1990 (Dudley, 2013).

Os assassinatos impunes de vários membros da União Patriótica desencadearam protestos populares em busca de justiça contra os responsáveis pela violência. Além dos confrontos entre narcotraficantes, Exército e guerrilhas, a violência criminal, historicamente presente no país, se intensificou. O conflito armado entre as tropas oficiais e as FARC resultou em uma crescente

⁶ O Movimento 19 de Abril (M-19) surgiu em 1973, integrando a segunda onda de grupos revolucionários da América Latina, e também adotou a tática da guerra de guerrilhas. O nome foi inspirado pela eleição do presidente Misael Pastrana Borrero (pai do ex-presidente Andrés Pastrana), ocorrida em 19 de abril de 1970 (USP; Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe).

⁷ Os "Llanos Orientales" referem-se a uma vasta região de planícies localizada no leste da Colômbia e na Venezuela.

espiral de violência, desviando a atenção do governo colombiano. Assim, na década de 90, as FARC concentram suas frentes novas em regiões dinâmicas, como os centros urbanos, a fim de fortalecer suas bases políticas e atingir um maior número de pessoas, em vista de que expansão envolve a garantia de recursos econômicos que estão mais acessíveis nos centros urbanos (Passos, 2012).

De acordo com dados do Congressional Research Service, do relatório intitulado “Colombia’s Peace Process Through” de 2016, entre 1998 e 2002, o governo do Presidente Andrés Pastrana buscou novas negociações com as FARC e concedeu uma extensa zona desmilitarizada, aproximadamente 42.000 quilômetros quadrados, equivalente ao tamanho da Suíça, para facilitar as conversações. No entanto, as FARC foram amplamente acusadas de usar essa área como um "porto seguro" para reagrupar, rearmar e fortalecer suas forças. Diante da contínua atividade militar das FARC, que incluiu o sequestro de um avião comercial e o rapto de um senador colombiano, o Presidente Pastrana suspendeu as negociações de paz no início de 2002 e ordenou que as forças militares retomassem o controle do território designado. Simultaneamente a esses acontecimentos, o Presidente Pastrana iniciou o desenvolvimento do Plano Colômbia junto aos EUA, pensado em 1999 e aprovado em 2000.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: OS ANOS 1980 E 1990

A fim de consolidar a influência regional do continente americano, após a Revolução Iraniana, a intervenção soviética no Afeganistão, a guerra entre Irã e Iraque e a rebelião sandinista, os EUA adotaram uma estratégia anticomunista mais ofensiva. A década de 1980 foi marcada pela tentativa de retomada da hegemonia dos Estados Unidos, após um período de instabilidade na década anterior.

No documento de Santa Fé⁸, encontravam-se as principais diretrizes dos Estados Unidos para a região latino-americana. A principal preocupação do governo era o potencial de Nicarágua, Granada e El Salvador desencadearem uma onda revolucionária capaz de desestabilizar o continente (Ayerbe, 2002). El Salvador e Honduras receberam apoio financeiro para treinamento e aquisição de armas. Enquanto isso, a guerrilha dos Contras foi treinada diretamente pelos

⁸ Política norte-americana voltada para a América Latina. Quando George Bush assume o governo dos Estados Unidos, é criado um Documento de Santa Fé II.

Estados Unidos para conter o movimento revolucionário na Nicarágua. Em 23 de outubro de 1983, os Estados Unidos invadiram a Ilha de Granada, alegando uma suposta ameaça de invasão ao território nacional (Passos, 2012).

Como vimos anteriormente, foi durante a passagem de Reagan, nos anos 1980 que a política antidrogas passou a se fazer mais presente na agenda de segurança internacional estadunidense. O aumento do cultivo das plantações de coca tomou proporções maiores e souo como um alerta para os EUA sobre a região dos Andes. Mas a violência e os confrontos entre os grupos guerrilheiros e o Estado Colombiano marcaram as décadas de 1980 e 1990 e chamaram atenção de Washington mais uma vez.

Na década de 1990, os cultivos de coca e outras plantas alucinógenas aumentaram consideravelmente na região amazônica. Os cartéis de drogas iniciaram uma onda brutal de violência para evitar as negociações de extradição (Martínez, 2015).

Apesar da declaração de guerra aos narcotraficantes na década de 1980, as áreas com cultivos ilícitos continuaram a crescer na Colômbia, em um processo conjunto com as forças insurgentes no país. A área cultivada de coca na Colômbia aumentou de 15.600 hectares em 1985 para 85.750 hectares em 2005, representando um crescimento de 4,5 vezes ao longo de 19 anos. Esse período coincidiu com a consolidação e fixação de grupos guerrilheiros na Amazônia colombiana (Geoamazônica, 2008, p. 83 *apud* Martínez, 2015).

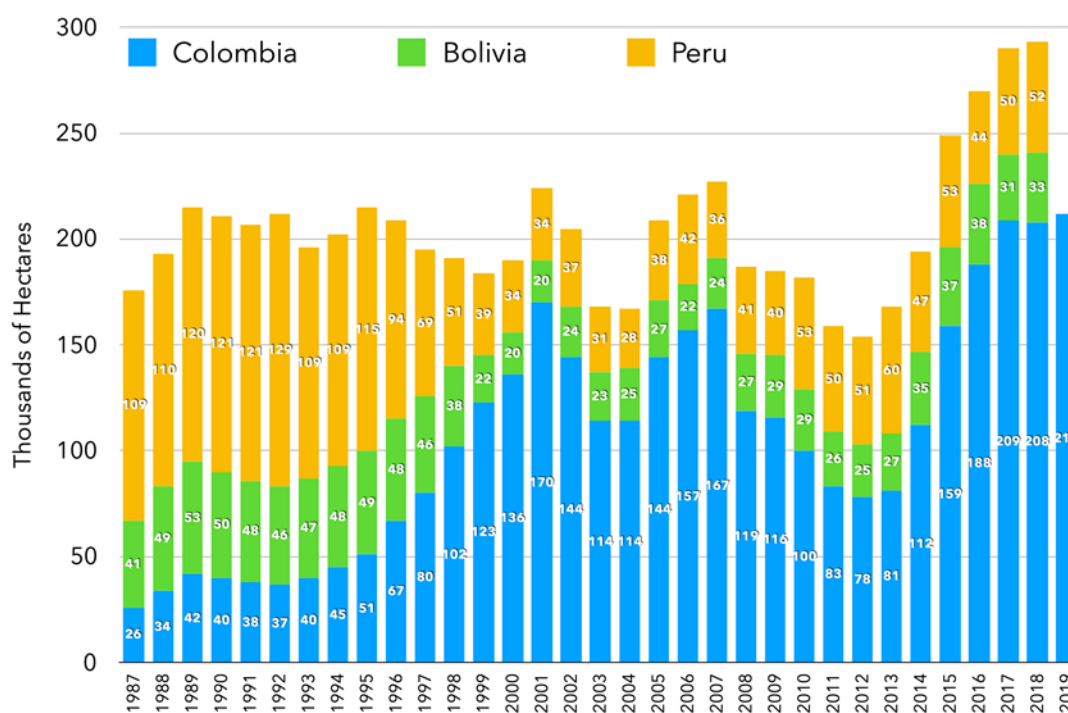
Observando essa realidade e introduzindo um novo componente crucial no contexto do conflito armado, Pizarro (2006, p. 146 *apud* Martínez, 2015) afirma que "os movimentos guerrilheiros e grupos paramilitares integraram-se nos anos 1980 ao complexo mundo do narcotráfico, desempenhando papéis distintos ao longo das várias etapas da cadeia produtiva do narcotráfico". Também é destacável que, a partir de 1980, as guerrilhas deixaram de ter um crescimento gradual para entrar em um processo de expansão exponencial, relacionado "à dinâmica dupla de extorsão dos produtores de coca, petróleo, ouro, banana e, cada vez mais intensamente, ao envolvimento direto nas diferentes etapas produtivas do narcotráfico" (Pizarro, 2006).

O crescimento das plantações de coca na América Andina foi identificado por meio de sistemas de monitoramento. Nesse contexto, o Departamento de Putumayo, na fronteira com esses dois países, foi considerado uma área crítica de expansão das plantações. A violência crescente entorno do narcotráfico, a presença de grupos armados à margem da lei em áreas

fronteiriças da Amazônia, e os ataques terroristas e a intensificação da violência no país, relacionados aos acordos de extradição de narcotraficantes para os Estados Unidos, aumentaram a influência desse país não apenas na Colômbia, mas em toda a América do Sul.

Na figura abaixo (figura 3), podemos observar o desenvolvimento do cultivo de coca na região Andina e observar o crescimento das plantações no território colombiano, com aumento exponencial na década de 90, o que, com certeza, motivou ainda mais os EUA e o Governo Colombiano a pensarem no Plano Colômbia.

FIGURA 3 – O Cultivo de Coca na Região Andina, de 1987 a 2018, em milhares de hectares.



Fonte: Colombia Peace; Monitoring Progress In Peace Dialogues: Coca Cultivation and Eradication. Acessado em 12/11/2023. Disponível > <https://colombiapace.org/coca-cultivation-and-eradication/>

O aumento do cultivo de coca pode estar correlacionado aos aumentos dos índices de violência que voltaram a crescer na Colômbia na década de 80, pois os conflitos diretos entre grupos de guerrilha, grupos paramilitares e o Governo colombiano aumentaram também. Precisamente, no período entre 1975 e 2000, os homicídios atingiram níveis e médias sem precedentes. Este mesmo intervalo é crucial para o desenvolvimento e impacto significativo de três fenômenos essencialmente ligados ao atual ciclo de violência: o narcotráfico e o cultivo

ilegal; o conflito político-militar e, em terceiro lugar, o desenvolvimento e consolidação do modelo econômico e da concepção de Estado e sociedade, globalmente rotulados como neoliberais. A análise da relação entre essas três situações e a violência, observada por meio dos homicídios, é uma parte fundamental dos esforços de contextualização e compreensão do problema em questão (Agudelo, 2003).

O aumento da violência a partir dos enfrentamentos entre guerrilhas e Governo ocasionou uma forte onda migratória, que impactou o modo em como o cultivo e a plantação familiar da coca influenciou a economia. Esses dados poderão ser analisados na subseção a seguir.

3.2 DINÂMICAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E SECURITÁRIAS I

Durante as décadas de 1980 e 1990, a República da Colômbia enfrentou severas crises econômicas, que impactaram diretamente o agronegócio do país e conseqüentemente as plantações de cultivo de coca, dominadas pelas guerrilhas.

Na década de 1980, a Colômbia enfrentou uma crise financeira de grandes proporções. Essa crise foi resultado da abrupta queda do preço internacional do café, das práticas corruptas em importantes instituições bancárias e dos efeitos da recessão global. Para lidar com a crise, o país negociou com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Essa negociação enfraqueceu a capacidade de intervenção do Estado e promoveu o livre funcionamento das forças de mercado, que favoreceu o narcotráfico. Além dos desafios econômicos, a população no país foi drasticamente afetada por eventos naturais catastróficos, como o terremoto que destruiu a cidade colonial de Popayán, em 1983, e a tragédia de Armero, em 1985, causada por uma avalanche no Nevado de Ruiz. O país também sofreu com o aumento da violência, como o impacto do holocausto do Palácio da Justiça em 6 de novembro de 1985, quando o M-19 tomou o recinto (Cruz, 2015).

Como dito anteriormente, foi nessa mesma década que o tráfico de cocaína, derivada da transformação da matéria-prima proveniente do Peru e da Bolívia, atingiu níveis sem precedentes, direcionado principalmente para os Estados Unidos. Essa situação introduziu um novo elemento no agravamento da violência, culminando na formação grupos não-identificados, no surgimento dos paramilitares e no início do financiamento de organizações guerrilheiras por meio de impostos cobrados pelo narcotráfico. Surgiram também os cartéis do narcotráfico em

Medellín e Cali, os dois centros urbanos mais importantes após Bogotá. Nesse cenário de radicalização, narcotraficantes assassinaram, entre 1984 e 1990, figuras proeminentes como o ministro da Justiça Rodrigo Lara Bonilla, o procurador-geral Carlos Mauro Hoyos, o diretor do jornal El Espectador, Guillermo Cano Isaza, e Luis Carlos Galán, candidato à presidência pelo Partido Liberal. Também foram mortos, com a suspeita de envolvimento de setores das forças militares ou policiais, os candidatos presidenciais da União Patriótica (UP), Jaime Pardo Leal e Bernardo Jaramillo, assim como Carlos Pizarro, do M-19. Além disso, ocorreram atentados contra o diretor do Departamento Administrativo de Segurança (DAS), a explosão criminosa de um avião da Avianca com 110 passageiros a bordo e o ataque à sede do DAS, resultando em mais de quinhentas mortes e extensos danos (Cruz, 2015).

Adicionalmente, durante a intensificação da luta guerrilheira, houve um ressurgimento do movimento camponês e indígena na década de 1980. Esse ressurgimento manifestou-se por meio de paralisações, marchas, êxodos em massa e novas invasões de terras. Nesse contexto, surgiu a Organização Nacional Indígena da Colômbia (ONIC). Todo esse processo apresentava vínculos significativos com organizações políticas e sociais, incluindo a União Patriótica (UP).

No período de 1982 a 1995, observou-se uma tendência ascendente, caracterizada pela expansão das guerrilhas, o surgimento de grupos paramilitares, a disseminação do tráfico de drogas, a ampliação do narcotráfico, as reformas democráticas e a crise do Estado. Essa tendência evoluiu de maneira explosiva entre 1996 e 2002, quando o conflito armado atingiu seu ponto mais crítico, marcado por uma onda de violência (figura 4), impulsionada pelo reforço militar das guerrilhas, pela disseminação nacional dos grupos paramilitares, pela crise do Estado, pela crise econômica, pela reconfiguração do narcotráfico e por seu reposicionamento nas dinâmicas do conflito armado (COLÔMBIA, 2013).

FIGURA 4 – Homicídios na Colômbia, entre 1980 e 2012.



Fonte: Grupo de Memória Histórica de Colombia, 2013. Acessado em 11/11/2023. Disponível em >
<https://www.centrodememoriahistorica.gov.co/descargas/informes2013/bastaYa/basta-ya-colombia-memorias-de-guerra-y-dignidad-2016.pdf>

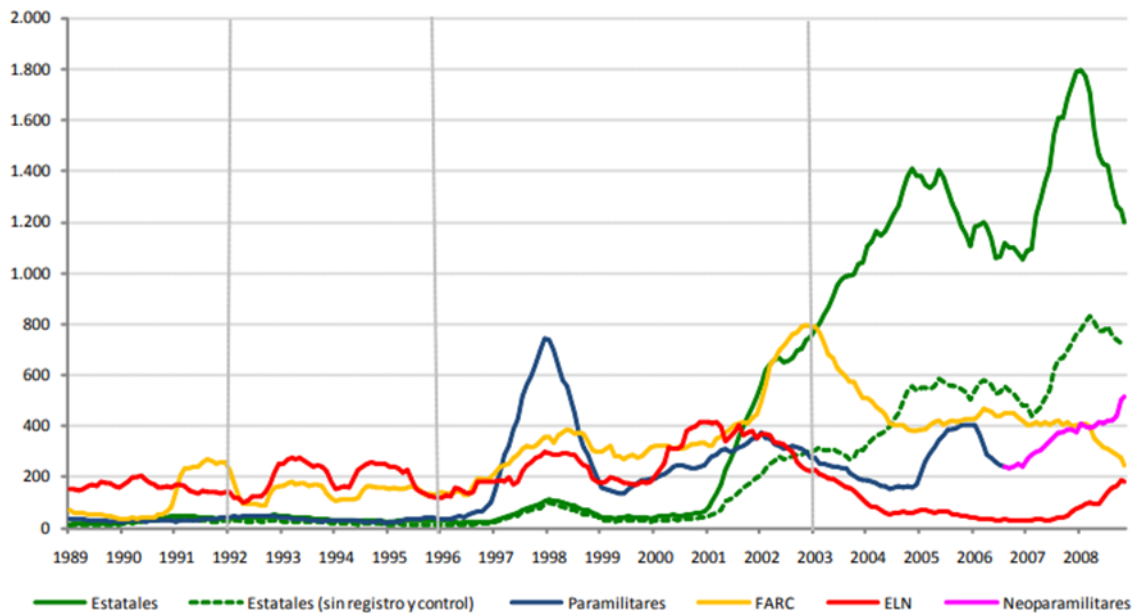
Já a década de 1990, a transição para a dita globalização impactou a Colômbia de forma direta, com nova constituição, reforma agrária e mudanças econômicas.

De acordo com Moncayo Cruz (2015), em 1991, a participação cidadã a favor de uma reforma da Carta Política, por meio do instrumento conhecido como a sétima papeleta, nas eleições de março de 1990, culminou com a convocação de uma Assembleia Constituinte, que obteve o aval da Corte Suprema de Justiça, com muitas controvérsias. O resultado foi a adoção de uma nova Constituição Política em 1991, que introduziu diversas reformas sobre a então vigente desde 1986. As linhas centrais dessa Carta Constitucional consagram uma ampla e profícua declaração de direitos fundamentais e direitos de todas as gerações, a continuidade do processo de descentralização territorial, a minimização da organização do Estado, e a nova ideologia da participação comunitária e cidadã em lugar da democracia representativa. A adoção dos modelos neoliberais da década fez com que a economia do país se internacionalizasse, abrindo caminho para a implementação da política de abertura econômica, fundamentada nos princípios do Consenso de Washington. Ao abrir o mercado interno à competição internacional, o governo de César Gaviria (1990-1994) eliminou os últimos vestígios da estratégia de substituição de importações, adotando medidas relacionadas à política cambial, comércio exterior e relações trabalhistas (Cruz, 2025).

Assim, ao final da década de 1990, o país enfrentou uma recessão econômica, pois em 1999 o PIB registrou uma redução de 4,5%, e o setor financeiro passou por uma nova e severa crise. Os endividamentos interno e externo aumentaram significativamente, ultrapassando os 80% e representando mais de 50% do PIB. Simultaneamente, o setor industrial, com crescimento negativo desde 1996, enfrentou uma verdadeira crise. O poder dos monopólios e oligopólios se intensificou, o desemprego atingiu níveis nunca antes vistos, e as exportações tradicionais tiveram um crescimento modesto em comparação com o expressivo aumento das importações, substituindo, em última análise, o valor agregado interno pelo externo (UNDP, 1999 *apud* Cruz, 2015).

A isso soma-se o complexo panorama do conflito armado e do narcotráfico, que o Estado não só não conseguiu resolver, como vem oferecendo sérias dificuldades para sua superação. De fato, durante o governo de Andrés Pastrana (1998-2002), ganhou força a tendência de negociação com o principal grupo guerrilheiro, as FARC, e, com menor intensidade, com o ELN, que viveu um processo similar sob a administração presidencial anterior, durante o governo de Ernesto Samper. Por múltiplas razões, contudo, a descentralização do Estado na política colombiana acarretou um aumento do domínio do narcotráfico em diversas regiões do país. Na figura abaixo (figura 5), podemos observar a evolução dos combates de cada grupo militar presente na Colômbia, a partir das ações de cada um, e ainda é possível observar que a maior ação de combate, antes do Plano Colômbia, é das FARC e do ELN. E a partir de 2001, já com o Plano Colômbia, quem tem maior ação de combate são as forças estatais.

FIGURA 5 – Ações Unilaterais Por Grupo Militar, de 1989 a 2008



Fonte: Centro de Recursos para el Análisis de Conflictos: Guerra y violencias em Colombia, 2009. Acessado dia 18/11/2023. Disponível em> https://www.cerac.org.co/assets/files/guerrayviolencias/Libro_CERAC_.pdf

Assim, as tendências dos índices de violência, economia e narcotráfico, antes do Plano Colômbia, mostram que o cenário no qual o Plano foi pensado era crítico e apresentava um descontrole securitário do Estado colombiano perante os conflitos, à população e, principalmente, aos seus vizinhos. No discurso estadunidense, foi a instabilidade do país nesse período levou os EUA a investir no Plano Colômbia, iniciado a partir dos anos 2000.

3.3 DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

A partir da instabilidade do Estado colombiano e do aumento do conflito, como o aumento de homicídios (figura 4), e com a presença de Bill Clinton em Washington e Andrés Pastrana em Bogotá, a situação da Colômbia se internacionalizou, e deixou de ser um conflito interno para ser um conflito regional da América Andina.

Pastrana, a fim de evitar maiores conflitos com seus vizinhos, com a comunidade internacional, e voltar a ter estabilidade interna, pensou, em 1998, na elaboração de uma ação para a contenção dos conflitos, um plano de desenvolvimento denominado “Cambio Para Construir La Paz”. Em uma fase específica, a estratégia contava com uma abordagem voltada para uma resolução negociada com os movimentos insurgentes, com base na construção de confiança. Isso se evidencia na criação inicial de uma zona desmilitarizada de 42.000 km na selva

colombiana, destinada às negociações entre as FARC, o governo e a sociedade colombiana. Por outro lado, a outra parte do plano argumentava que o cultivo de substâncias ilícitas era, acima de tudo, um problema social a ser abordado de maneira multilateral, assemelhando-se a uma espécie de "Plano Marshall" para a Colômbia (Tickner, 2007).

A estratégia inicial do governo colombiano para lidar com movimentos insurgentes envolvia uma abordagem negociada e uma zona desmilitarizada, mas falhou devido à falta de apoio financeiro internacional e dificuldades estruturais. Diante desse impasse, a alternativa foi buscar uma aliança tática com os Estados Unidos para resolver os desafios internos. O presidente Pastrana, em 1999, ao pensar o Plano Colômbia juntamente com os norte-americanos, reformulou a perspectiva, retratando o país como problemático e incapaz de controlar o território diante do crescimento do narcotráfico e guerrilhas. Essa mudança refletiu a busca por auxílio econômico em meio às dificuldades enfrentadas (Tickner, 2007).

O Plano Colômbia, originalmente destinado a se estender até dezembro de 2005, foi elaborado em uma única versão em inglês e implementado sem prévio debate na sociedade colombiana, e ainda foi marcado por muita controvérsia, pois ao contrário do que se dizia sobre ser uma ação desmilitarizada, ocasionou em uma drástica militarização do narcotráfico. Na abordagem contra o tráfico de drogas, seguiu a política e os interesses norte-americanos, focando na erradicação de cultivos por meio de fumigação e na militarização do combate nos países produtores. Apesar de incorporar propostas abrangentes, como sociais, econômicas, políticas e de direitos humanos, a ênfase belicosa e repressiva foi o cerne do plano, favorecendo a indústria bélica estadunidense pois parte do montante financeiro inicial destinado a fins militares na Colômbia foi utilizada diretamente para a compra de equipamentos bélicos de empresas norte-americanas, como a Bell Textron, a Lockheed Martin, a Military Professional Resources e a United Technologies (Santos, 2010).

Segundo o Balanço do Plano Colômbia de 1999, do Departamento Nacional de Planejamento da Colômbia, algumas premissas do Plano foram pensadas em quatro setores de atuação: combate ao narcotráfico, desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e conflito armado. Em cada um desses tópicos, o objetivo da estratégia era de: 1) Reduzir em 50% o cultivo e processamento de narcóticos em um período de 6 anos, por meio de uma combinação sincronizada de operações de interdição sistemática, erradicação forçada e voluntária; 2) Fortalecer a capacidade das Forças Públicas para combater o narcotráfico; 3) Modernizar os

órgãos de justiça, defesa e polícia, visando garantir a eficácia das ações de controle na luta contra o narcotráfico; 4) Reforçar a capacidade do Estado para proteger e garantir os Direitos Humanos e o Direito Internacional Humanitário; Promover a recuperação das condições para a geração de emprego e estabilidade social.; 5) Manter e expandir as preferências tarifárias como elemento compensatório aos efeitos negativos do narcotráfico e sua violência associada sobre a economia e a sociedade; 6) Construir uma Rede de Apoio Social - RAS - como instrumento para mitigar os efeitos da crise econômica sobre a população mais vulnerável e criar um ambiente social mais propício à busca pela paz; 7) Recuperação econômica e social; 8) Fortalecimento institucional e desenvolvimento social; 9) Negociação política do conflito armado; 10) Proteger e recuperar o capital humano, físico, natural e social afetado pela violência e pelo narcotráfico, por meio de investimentos direcionados em regiões e populações mais vulneráveis; 11) Contribuir para recuperar a capacidade e legitimidade do Estado e de suas instituições no cumprimento de suas funções essenciais; 12) Promover alternativas lícitas de desenvolvimento produtivo e regional diante das economias ligadas às drogas e à violência; 13) Alcançar acordos que possibilitem a desmobilização e reintegração à vida civil dos grupos armados; 14) Buscar a participação ativa da comunidade internacional em todas as etapas do processo sob o princípio de corresponsabilidade.

No que diz respeito ao tópico de erradicação de cultivos de coca, o Plano teve sua primeira ação implementada nesse âmbito. Em 1999, devido à crise em Putumayo, que concentrava metade dos cultivos ilícitos na Colômbia, o governo implementou o Plano Colômbia na região. Entre 2000 e 2002, houve erradicação de 117.906 hectares e acordos voluntários com 25.286 famílias. Investimentos de aproximadamente US\$ 55 milhões foram destinados ao desenvolvimento, fortalecimento institucional e criação de alternativas. A construção da estrada Mocoa-Pitalito reduziu o tempo de viagem em 12 horas. Apesar do fracasso dos pactos de erradicação manual, a abordagem integral do Plano Colômbia resultou na redução de 77% nos cultivos ilícitos em Putumayo, passando de 59.297 para 13.725 hectares entre 1999 e 2002 (DNP, 2003).

Para diminuir o cultivo de coca nos demais locais do país, o governo estadunidense através da United States Agency for International Development (USAID) passou a oferecer assistência econômica e incentivos fiscais aos produtores de outros produtos como de palmito, pimenta, flores tropicais e cacau. Já no âmbito securitário, houve forte aumento de grupos militares dos EUA em território colombiano, e o aumento dessa militarização na Colômbia tinha como

objetivo proteger os interesses econômicos de grandes corporações dos EUA no país, fortalecendo o lobby norte-americano, especialmente com as companhias petrolíferas como OXY, Texaco, Harken, Chevron, BP-Amoco, Reliant, Enron, Global e Halliburton, interessadas nas reservas colombianas e na segurança de seus negócios no país e que, segundo o Estudos do Consórcio Internacional de Jornalismo Investigativo (ICIJ), investiram US\$ 11 milhões entre 1995 e 2000 para garantir a aprovação do projeto (Santos, 2011).

3.4 ASSISTÊNCIA FINANCEIRA E MILITAR DOS EUA

Para dar seguimento ao Plano Colômbia, Washington marcou seus interesses nos lobbys do setor militar através de assistência financeira e material. Isso porque além dos valores destinados inicialmente ao Plano, como já analisamos anteriormente, ao longo dos anos e ao decorrer do Plano essa assistência foi se alterando.

De acordo com Filho e Cepik (2021, p. 6), cerca de US\$1,3 bilhões do pacote de assistência do Plano Colômbia, distribuído em seu primeiro ano, foi destinado tanto à Colômbia, quanto aos países vizinhos (Equador, Peru, Bolívia, Venezuela, Brasil e Panamá), além de financiar bases norte-americanas na região como no Equador, em Aruba e em Curaçao. Cerca de 75% desse valor, equivalentes a US\$ 642,3 milhões, foram direcionados para assistência militar e policial, evidenciando a natureza predominantemente militar do plano. Os fundos de auxílio militar foram predominantemente alocados para a compra de armamentos e equipamentos de defesa, como radares e helicópteros de ataque e transporte, além do treinamento de tropas, entre outras formas de assistência. A partir de 2001, o governo dos Estados Unidos segregou os recursos do Plano Colômbia da ajuda destinada aos demais países, configurando o que ficou reconhecido como Iniciativa Regional Andina (Pizarro e Gaitán, 2006; Filho e Cepik, 2021).

A assistência material se deu quando empresas norte-americanas foram selecionadas para fornecer equipamento militar e consultoria aos colombianos, utilizando os recursos disponíveis. A United Technologies fechou um contrato de US\$ 228 milhões para o fornecimento de helicópteros Black Hawk. A Textron of Texas recebeu US\$ 60 milhões para a modernização de helicópteros Huey. A DynCorp, Military Professional Resources Inc. (MPRI) e outras empresas foram contratadas para disponibilizar pessoal norte-americano, oferecendo consultoria em

operações antinarcóticos e pilotando as aeronaves responsáveis pela pulverização de herbicidas sobre as plantações de coca e papoula (Rippel, 2006).

A partir de 2003, o Plano Colômbia teve uma mudança em seu foco estratégico, onde foi estabelecido o Plano Patriota⁹, redirecionando recursos originalmente voltados para o combate ao narcotráfico para operações contra as guerrilhas, impulsionada pelos atentados de 11 de setembro de 2001 e pela ênfase do governo dos EUA no combate ao terrorismo durante a gestão de George W. Bush (2001-2009). A eleição de Álvaro Uribe Vélez, em 2002, reforçou essa mudança, com sua postura confrontadora em relação às FARC, buscando apoio norte-americano para enfrentar esses grupos insurgentes após o fracasso do processo de paz no governo Pastrana. A aproximação com os EUA teve como objetivo legitimar e obter apoio internacional para a Política de Segurança Democrática de Uribe (Filho e Cepik, 2021).

Até este período de 2003 os EUA forneceram à Colômbia um total de 16 helicópteros UH-60B Black Hawk, distribuídos entre 14 para a Brigada Antinarcóticos e 2 para a Polícia. Adicionalmente, foram incorporados 33 helicópteros UH-1N, destinados a proporcionar mobilidade aérea para as tropas da Brigada Antinarcóticos. A Colômbia também adquiriu 34 helicópteros Huey-II, sendo 25 para o Exército Colombiano e 9 para a polícia. O pacote incluiu também 9 aeronaves agrícolas para fumigação, juntamente com a modernização de 3 aeronaves OV-10D, com a mesma finalidade (Rippel, 2006).

Com a reformulação do Plano, durante o período de 2003, foram negociadas as “Conversaciones de Ralito” para a desmobilização parcial das AUC, processo que se estendeu até 2006, devido à extensão dos massacres cometidos e pela conexão das lideranças das AUC com o narcotráfico e proprietários de terras. Nessa sequência, com o intuito de realizar atividades de planejamento e apoio logístico nas operações do Plano Patriota, houve um aumento na presença militar dos Estados Unidos na Colômbia em 2004, passando de 400 para 800 militares e de 400 para 600 contratantes (TICKNER, 2007 *apud* Carreño, 2014). Adicionalmente, nesse mesmo ano, Washington destinou recursos no valor de 110 milhões de dólares para apoiar o Plano Patriota, fornecendo armas com visores noturnos e equipamentos de comunicação para as brigadas de elite móveis do Exército e para as Brigadas das Forças Especiais. Além disso, foram adquiridos dois

9 O Plano Patriota foi uma estratégia militar adotada pelo governo colombiano para combater grupos guerrilheiros, principalmente as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Serviu como um incremento ao Plano Colômbia (Santos, 2006)

aviões de combate AC-47 e quatro aviões C-130 (Rojas, 2012 *apud* Carreño, 2014; Filho e Cepik 2021).

Em 2005, foram destinados mais US\$ 110 milhões para a manutenção das aeronaves adquiridas, fortalecimento das capacidades das brigadas, Forças de Intervenção Rápida, bem como treinamento e equipamento dos batalhões Comando e Lanceiros. No ano seguinte, cerca de US\$ 100 milhões dos US\$ 700 milhões alocados para a Colômbia foram empregados para apoiar o Plano Patriota com treinamento militar e inteligência. Contudo, para manter a ofensiva militar, o Estado colombiano enfrentou um substancial esforço fiscal, recorrendo não apenas aos recursos provenientes do "imposto de guerra", mas também a empréstimos, como o firmado em 2004 no valor de US\$ 243 milhões, destinado à aquisição de 24 aeronaves turbo-hélice para uso no Plano Patriota (Rojas, 2012).

Com o fim do Plano Patriota, em 2007, o foco voltou a ser no combate antinarcóticos, com o Plano de Consolidação, elaborado por Juan Manoel Santos, à época Ministro da Defesa. Em linhas gerais, entre 2001 e 2007, a assistência de segurança dos Estados Unidos para a Colômbia experimentou um aumento significativo, passando de US\$ 229,5 milhões para US\$ 1,4 bilhão. Esse montante consolidou o país andino como o principal destinatário na América Latina e Caribe e um dos maiores receptores globais. Além do suporte financeiro substancial, a colaboração norte-americana incluiu um relevante apoio técnico, refletido no aumento do número de militares colombianos treinados por instrutores dos EUA, que cresceu de 6.300 para 14.408 entre 2001 e 2007, totalizando 66.951 indivíduos durante esse período. Adicionalmente, os Estados Unidos contribuíram fornecendo armamentos e equipamentos militares, com os valores passando de US\$ 100,5 milhões para US\$ 603,5 milhões no mesmo período. Destaca-se que a Colômbia se posicionou como o terceiro maior importador de armamentos dos EUA na região, ficando atrás apenas de México e Brasil (Filho e Fuccille, 2021).

Quanto ao Plano Colômbia, o Congresso aprovou um montante de US\$ 545 milhões para o ano de 2008, seguindo a mesma distribuição de recursos de 2007. Apesar das pressões dos Republicanos para priorizar o componente militar no pacote de ajuda de 2009, não surtiram efeitos. O destaque de 2008 para o Plano Colômbia foi a publicação, em novembro, do relatório pelo *Government Accountability Office* (GAO), agência de controle das contas do governo dos EUA. O documento revelou que, entre 2000 e 2008, foram gastos US\$ 6.130 milhões no plano, distribuídos em US\$ 4.859,5 milhões na estratégia antidrogas e de segurança, US\$ 1.031,8

milhões na promoção do desenvolvimento econômico e social, e US\$ 238,7 milhões no fortalecimento do Estado de direito. No combate às drogas, apesar de uma redução de 50% na produção de ópio e heroína, os cultivos de coca atingiram 157.000 hectares em 2006, um aumento de 15% desde 2000, contrariando informes da ONU e do governo colombiano. Contudo, ambos reconhecem a falta de impacto no fluxo de cocaína aos EUA, indicando a ineficácia da estratégia. O relatório destacou melhorias na segurança interna, sugerindo a necessidade de uma estratégia de redução da ajuda, apesar da profunda dependência do governo colombiano do apoio norte-americano em todas as áreas (Santos, 2010).

Em 2007, os repasses norte-americanos à Colômbia atingiram US\$ 1,4 bilhões, mas experimentaram uma queda de valor nos anos subsequentes, de 2008 a 2010, chegando a US\$ 305,3 milhões em 2010. Essa variação é atribuída às mudanças na assistência norte-americana com o Plano de Consolidação e às dificuldades financeiras dos EUA durante a crise econômica de 2008. Entre 2001 e 2009, a principal ênfase desses recursos foi o combate ao narcotráfico, representando 89,3% dos valores transferidos para a Colômbia. Quanto ao treinamento de militares colombianos por instrutores estadunidenses, foi identificada uma significativa variação ao longo dos anos, mantendo consistentemente números elevados em comparação com outros países da região. Em 2007, 14.408 militares colombianos foram treinados por instrutores dos EUA, posicionando-se como líder na região em termos de treinamento militar norte-americano (Filho e Cepik, 2021).

Em síntese, foi durante este período entre os anos de 1998 e 2010 que o Estado colombiano passou por uma transformação militar, impulsionada pelo Plano Colômbia, através da presença militar estadunidense no país. Transformação essa que foi amplamente apoiada pelos EUA. A ênfase desse processo estava na confrontação com os grupos guerrilheiros, e em menor medida, com as AUC. Foram adquiridas aeronaves, especialmente helicópteros, para o transporte de tropas e apoio aéreo às operações terrestres. Além disso, houve um fortalecimento do sistema de inteligência militar, com o apoio do Comando Sul dos EUA, que disponibilizou radares terrestres para as Forças Armadas colombianas e contribuiu para a criação do Centro de Inteligência Conjunta. O contingente das Forças Armadas também registrou um aumento, passando de 154.878 para 276.296 durante o período (Vargas Velásquez, 2012).

4 IMPLICAÇÕES DO PLANO COLÔMBIA

Com a análise feita no capítulo anterior, sobre o decorrer do desenvolvimento e a forma como foi implementado o Plano Colômbia, pudemos observar a forma que os EUA introduziram sua presença estratégica na Colômbia, conseqüentemente afetando a militarização colombiana através da sua assistência militar e econômica, ligada aos seus interesses de lobby.

A partir deste capítulo, analisaremos os resultados e implicações do Plano Colômbia e como todo seu desenvolvimento atingiu a população, a economia, o narcotráfico e a agenda de segurança do país, de forma que nos leve a pensar sobre os impactos da relação entre EUA E Colômbia durante esse período e a influência dos EUA no país.

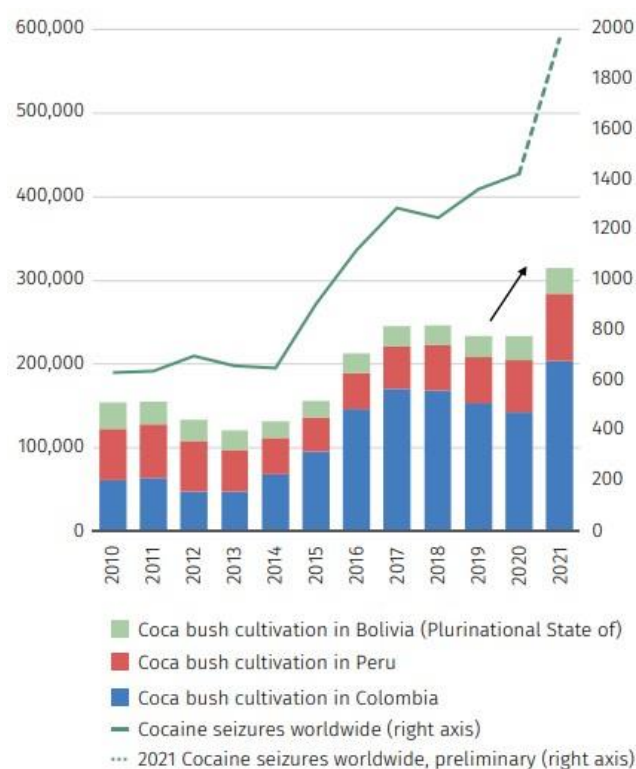
O início da análise começa relembrando que até 2001, a Colômbia enfrentava fragilidade estatal devido ao narcotráfico e confrontos entre guerrilhas e civis. Vários fatores contribuíram para o conflito colombiano, como a interação entre o surgimento de uma economia clandestina de drogas e o aumento dos desafios armados ao governo. Assim, o tráfico de drogas acabou distorcendo a economia, prejudicando a distribuição de terras, impactando a sociedade e financiando grupos armados, implicando ao que vimos anteriormente como um complexo regional de segurança. De acordo com Pécault, (2001, p. 134), durante a década de 90, a Colômbia foi considerada o país mais problemático no hemisfério ocidental com dados que demonstram, durante o período analisado, a Colômbia sendo o país mais violento, com mais de 80% dos sequestros globais ocorrendo em seu território. Além disso, a Colômbia se destacou como o principal exportador mundial de cocaína (Pécault, 2001).

A implementação do Plano Colômbia, que teve uma duração de 15 anos e envolveu um investimento de 9,6 bilhões de dólares por parte do governo dos Estados Unidos, junto com um aporte de 131 bilhões de dólares do governo colombiano, foi segmentado em três fases. Na primeira fase, denominada Plano para a Paz, Prosperidade e Fortalecimento do Estado, que durou entre 2000 e 2006, o foco estava em fortalecer as capacidades da Força Pública, implementar mecanismos de interdição e erradicação de cultivos ilícitos, oferecer suporte para o desenvolvimento alternativo e econômico das áreas afetadas pelo conflito armado, além de apoiar a administração da justiça por meio da implementação do Sistema Penal Oral Acusatório. A segunda fase, inserida na Estratégia de Fortalecimento da Democracia e Desenvolvimento Social, entre 2007 e 2009, destinou recursos para combater o narcotráfico, fortalecer a justiça e promover

os Direitos Humanos. Houve ainda a ênfase na abertura de mercados, no desenvolvimento integral social e na atenção abrangente à população deslocada. A partir dessa segunda fase, o governo colombiano iniciou o processo de transformação do material militar entregue no âmbito do Plano Colômbia. A terceira fase, denominada Iniciativa de Desenvolvimento Estratégico para a Colômbia, ocorrida entre 2010 e 2015, prosseguiu com o apoio à luta contra o narcotráfico, mas também contou com a implementação de programas econômicos e sociais para a população em situação de vulnerabilidade, além do fortalecimento da governabilidade democrática e do respeito aos Direitos Humanos (DNP, 2016).

Sobre a meta do Plano Colômbia de reduzir o cultivo, processamento e distribuição de narcóticos ilegais, não foi atingida. A Colômbia recuperou sua posição como o maior produtor mundial, atingindo 69.132 hectares em 2014, como podemos ver na figura 6, abaixo.

FIGURA 6 - Cultivo de coca nos países andinos de 2010 a 2021 em hectares de terra e toneladas.



Fonte: UNODC, Global Report on Cocaine 2023. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/cocaine/Global_cocaine_report_2023.pdf. Acesso em: 08 jan. 2024.

Apesar dos esforços dos governos dos Estados Unidos e da Colômbia para combater as atividades de tráfico de drogas realizadas por grupos armados ilegais, o país ainda é responsável por grande parte da cocaína que entra nos Estados Unidos. O Plano Colômbia, que tinha como objetivo original diminuir a produção de cocaína, não alcançou essa meta, mas contribuiu para a fumigação aérea de mais de 1,6 milhão de hectares de plantações de coca, utilizando o polêmico herbicida glifosato, o que poderia representar riscos à população colombiana. Além disso, dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, sigla em inglês) revelam um aumento significativo na produção potencial de cocaína, passando de 290 toneladas em 2013 para 442 toneladas em 2014, um aumento de 52%. As plantações de coca também expandiram consideravelmente nos Parques Nacionais Naturais do departamento do Guaviare (UNODC, 2015).

Na esfera militar, a Colômbia passou a ter 88.000 em 2014, juntamente com a profissionalização, através da modernização das Forças Armadas. Em primeiro lugar, houve uma melhor coordenação entre as Forças Armadas por meio de forças-tarefa conjuntas. Em segundo lugar, o setor de Segurança e Defesa substituiu armamentos e materiais de guerra, fortaleceu os sistemas de comunicação, planejamento, investigação criminal, inteligência e equipamento logístico. E, por último, as Forças Armadas adquiriram novas tecnologias (DNP, 2016).

Ao fim do Plano, as questões econômicas do país estavam melhores, em comparação aos anos 90. Em 2014, o Produto Interno Bruto (PIB) da Colômbia chegou a 377,7 bilhões de dólares, em comparação com os 99,88 bilhões de dólares registrados em 2000, tornando-se a terceira maior economia da América Latina. Além disso, houve reduções significativas na pobreza, com o percentual da população vivendo abaixo da linha nacional de pobreza diminuindo de 64% em 1999 para 28,5% em 2014. A pobreza extrema também caiu de 23% em 2000 para 8,1% em 2014 (Montañez, 2017).

Em suma, através dos resultados do Plano, como a erradicação dos cultivos de coca, os crescimentos econômicos, as mudanças na área militar, e outros, o enfraquecimento das guerrilhas era notável. O apoio dos Estados Unidos à militarização na Colômbia teve como resultado uma maior eficácia das tropas no enfrentamento das guerrilhas. Entre 2002 e 2010, o número de guerrilheiros das FARC reduziu significativamente, passando de aproximadamente 22.000 para 8.978. Além disso, o grupo sofreu perdas consideráveis em termos de controle

territorial nas regiões leste e sul do país. Assim, em 2012, o governo colombiano deu início às tentativas de acordar a paz entre o Estado e as guerrilhas colombianas (Filho e Fuccille, 2021).

4.1 OS ACORDOS DE PAZ E O DECLÍNIO DAS FARC-EP

Apesar dos interesses diferentes, o Plano Colômbia atendeu as vontades dos dois países envolvidos. A perspectiva colombiana enxergava o Plano como uma forma de fortalecer o Estado por meio do aprimoramento de seu aparato militar e isolar as FARC, privando-a de uma de suas principais fontes de financiamento, o cultivo da coca. Para os Estados Unidos, o plano representava uma manifestação de determinação na "guerra às drogas", que conseqüentemente, enquanto a Colômbia dependia dos recursos econômicos e do apoio norte-americano, os EUA exerciam controle sobre a alocação desses recursos de acordo com suas estratégias e objetivos de política externa. Em última análise, a relação assimétrica de ajuda por parte dos EUA estabelecia as regras e políticas implementadas (Tickner e Cepeda, 2011).

Com as ações feitas por Uribe, partir de 2003, e o desmantelamento das AUC, intensificou-se a campanha militar contra as FARC, resultando em derrotas significativas entre 2007 e 2008. Com o enfraquecimento das guerrilhas e as repercussões do escândalo da parapolítica que envolvia políticos uribistas e grupos paramilitares, o apoio dos EUA voltou-se cada vez mais para as forças armadas e agências estatais colombianas, notadamente através da *Colombia Strategic Development Initiative* (CSDI), e investimentos no Centro de Coordenação de Ação Integral (Filho e Cepik, 2021). Denominada como a "fase de consolidação," essa reestruturação do Plano estendeu-se até 2010, correspondendo à Política de Consolidação da Segurança Democrática, concebida para o segundo mandato de Uribe. Considerando essas mudanças no Plano Colômbia, serão analisados dados para compreender melhor o auxílio militar dos EUA nesse período (Rojas, 2015).

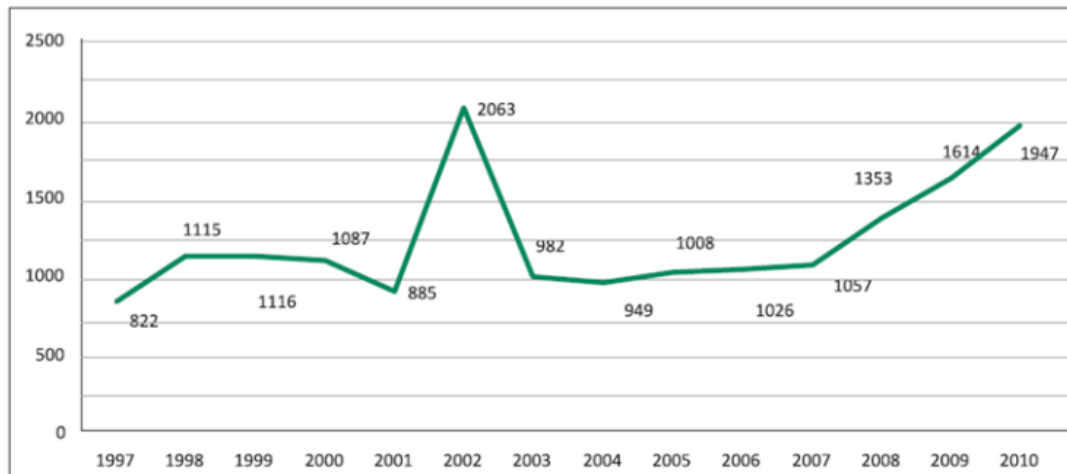
A partir de 2007, alguns acontecimentos impactantes enfraqueceram as guerrilhas, como a morte de líderes, a libertação de sequestrados, a perda de territórios e uma deserção considerável. Contudo, o desfecho do conflito permanecia incerto devido à coesão interna e à presença militar robusta em determinadas áreas, principalmente a de maiores cultivos de coca. Durante esse período de instabilidade, as FARC variaram suas abordagens com a população civil, tentando obter apoio ou neutralidade por meio de benefícios sociais, como segurança e ajuda econômica.

Entretanto, suas práticas, incluindo envolvimento com o narcotráfico, sequestros e o uso de táticas violentas, provocaram rejeição. A falta de compromisso com negociações e o respaldo ao intercâmbio humanitário também contribuíram para a redução do apoio público a uma solução negociada com a organização guerrilheira (Aguilera, 2014; Rojas, 2014).

De acordo com Rojas (2007, p. 27), entre a primeira e a segunda fase do Plano Colômbia, os EUA aumentaram significativamente os custos militares destinados à região, passando de US\$ 10.730 milhões, para US\$ 43.836 milhões, o que auxiliou no aumento do aparato estatal do Estado colombiano, aumentando conseqüentemente a repressão contra os grupos de guerrilha levando-os a enfraquecer (Rojas, 2007)

Assim, no período entre 2002 e 2007, o contingente de guerrilheiros das FARC diminuiu significativamente, passando de aproximadamente 22.000 para 8.978. Paralelamente, a capacidade de controle territorial da guerrilha sobre as regiões leste e sul do país foi consideravelmente reduzida e suas ações também, como podemos ver na Figura 7. Importa destacar ainda as perdas substanciais de seus principais líderes devido a operações das Forças Armadas, o que contribuiu para a fragilização da organização (Pabón, 2008).

FIGURA 7 - Evolução das ações militares das FARC entre 1997 a 2010.



Fonte: CARREÑO, Alexander Arciniegas. Relações civis-militares na América do Sul: o caso colombiano durante o Plano Colômbia (2000-2010). p. 213, 2014.

Certamente, podemos perceber um aumento das iniciativas a partir de 2009, e isso pode ter sido impulsionado em 90% pela dinâmica do Comando Conjunto do Ocidente (CCO), que

atuava no Vale do Cauca, Nariño, Choco e Cauca, e começara a demonstrar intensa atividade militar desde 2009. Além disso, as frentes 8, 64 e 66 foram recuperadas (Carreño, 2014).

O início do declínio das FARC começou com as primeiras conversas de paz, entre os líderes do grupo e o governo colombiano de Juan Manuel Santos, em 2012. Após as conversas, foi elaborado o "Acordo Geral para o Término do Conflito e Construção de uma Paz Estável e Duradoura", assinado em agosto daquele ano, com a presença de delegados de Cuba e Noruega, além do apoio da Venezuela e Chile. Um aspecto crucial para o desenvolvimento do processo foi a consulta popular através de um plebiscito, no dia em 2 de outubro do mesmo ano. A maioria da população se mostrou contrária ao acordo, refletindo a desconfiança gerada após uma tentativa de pacificação na década de 1990. Naquela época, o presidente Andrés Pastrana Arango iniciou um processo de conciliação, criando uma zona desmilitarizada de aproximadamente 42 mil quilômetros quadrados para promover estabilidade política, social e militar. No entanto, as negociações falharam, resultando no aumento da influência do grupo e na desconfiança da população colombiana em relação a concessões do governo às FARC-EP para garantir a paz (Moraes, 2018).

Em maio de 2013, foi possível observar o primeiro avanço nas negociações com a estipulação de um acordo entre o governo e as FARC sobre a questão agrária. De acordo com os negociadores em Havana, o acordo engloba uma reforma rural abrangente, com foco no pequeno produtor e estímulo ao desenvolvimento agropecuário. Além disso, foi incluído um item para reverter os danos causados aos camponeses, que foram vítimas de deslocamentos forçados devido ao conflito. Já em 2014, foi firmado o acordo entre o governo colombiano e os guerrilheiros, visando combater o narcotráfico através da cooperação mútua para incentivar outras formas de cultivo para as pessoas envolvidas no plantio de folha de coca. O propósito desse acordo era livrar a Colômbia dos cultivos ilegais, do plantio de coca e da produção de cocaína. Além disso, mencionou-se a implementação de programas de saúde pública para prevenir o consumo de drogas ilícitas. O então acordo tinha estes principais pontos: 1) desenvolvimento agrário (reforma agrária e posse de terras); 2) participação política dos guerrilheiros; 3) desmobilização das forças de guerrilha; 4) narcotráfico (discussão de alternativas para desenvolver a região onde atualmente se cultiva a coca); e 5) vítimas (discussão sobre punições contra responsáveis por abusos de direitos humanos) (Pereira, 2015).

Devido às complexidades e não-cumprimento em alguns pontos do acordo, tanto pelo lado do governo, quanto pelo lado das guerrilhas, foi somente em setembro de 2016 que ambos chegaram a assinar, de fato, o acordo que já vinha sendo conversado desde 2012. Cerca de 7.000 membros das FARC foram desmobilizados e dispersos em 19 zonas. A missão das Nações Unidas na Colômbia monitorou e verificou o desarmamento das FARC, sendo as armas desativadas do grupo, estimadas em 7.132 entre armas de grande e pequeno porte, que foram armazenadas em contêineres sob supervisão da ONU (Osorio e Pinzón, 2019).

Reconhecendo a complexidade do assunto, pois alguns estudiosos acreditam que a guerrilha estaria forte e intacta, enquanto outros consideram que o grupo entrou em uma fase terminal, me inclino a concordar com Carreño (2014) e Pizarro (2011), pois ambos dialogam com a ideia de que as FARC sofreram sim um enfraquecimento político, econômico e militar, mas que ainda estão longe da derrota militar por completo, sendo possível, ainda, recuperar-se de suas fragilidades atuais (Carreño, 2014; Pizarro, 2011).

Essa recuperação das FARC já vem sendo observada nos últimos anos, com o aumento dos conflitos de 2018 até o momento. Em 2019, Iván Márquez¹⁰, junto de seus companheiros (figura 8), anunciou o retorno à luta armada:

“Desde a assinatura do Acordo de Paz de Havana e do desarme ingênuo da guerrilha a troco de nada, não para a matança. Em dois anos, mais de 500 líderes do movimento social foram assassinados e já se somam 150 ex-guerrilheiros mortos em meio à indolência e à indiferença do Estado... tudo isso, a armadilha, a traição e a perfídia, a modificação unilateral do texto do acordo, o incumprimento dos compromissos por parte do Estado, as montagens judiciais e a insegurança jurídica nos obrigaram a regressar ao monte. Nunca fomos vencidos, nem derrotados ideologicamente, por isso a luta continua. A história registrará em suas páginas que fomos obrigados a retomar as armas” – Iván Márquez, em vídeo

¹⁰ Iván Márquez, cujo nome real é Luciano Marín Arango, é um ex-guerrilheiro e político colombiano. Ele foi um comandante das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Foi supostamente morto em julho de 2023.

publicado pelas FARC, na internet (EL PAÍS, 2019)¹¹

FIGURA 8 – Iván Márquez (ao centro) e seus companheiros das FARCS em agosto de 2019.



Fonte: Reprodução do vídeo do canal EL PAÍS. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mQ4j7mi8Hvo>. Acesso em: 09 jan. 2024.

Neste meio tempo, o ELN foi um dos grupos que não concordou com os acordos de paz, sendo responsável por diversos sequestros ocorridos entre 2018 e 2023. Um dos casos que repercutiu por diversos veículos internacionais de notícias foi o do sequestro dos pais do jogador de futebol Luis Diaz, com a suposta motivação sendo um ato contra as negociações de paz iniciadas novamente no início de 2023 (CNN BRASIL, 2023)¹².

Essas declarações, somadas aos atos de guerrilha que ainda ocorrem e vêm aumentando nos últimos dois anos, são provas de que a paz ainda está longe do solo colombiano.

4.2 A TRANSFORMAÇÃO MILITAR DA COLÔMBIA

Após a implementação do Plano Colômbia e as assistências financeiras por parte dos EUA, as Forças Armadas colombianas passaram por uma reestruturação organizacional em níveis estratégico e operacional. No âmbito estratégico, iniciada em 2003, a reorganização do Estado-

¹¹ Tradução própria da autora. Original: Desde la firma del Acuerdo de Paz de La Habana y la desarmada ingenua de la guerrilla a cambio de nada, no ha cesado la matanza. En dos años, más de 500 líderes del movimiento social han sido asesinados y ya suman 150 exguerrilleros muertos en medio de la indolencia y la indiferencia del Estado... todo esto, la trampa, la traición y la perfidia, la modificación unilateral del texto del acuerdo, el incumplimiento de los compromisos por parte del Estado, las artimañas judiciales y la inseguridad jurídica nos han obligado a regresar al monte. Nunca fuimos vencidos ni derrotados ideológicamente, por eso la lucha continúa. La historia registrará en sus páginas que nos vimos obligados a retomar las armas.

¹² Os pais do jogador da seleção colombiana já foram liberados, ao datar da escrita desta monografia.

Maior seguiu a doutrina de integração, resultando na criação de cinco Comandos Conjuntos responsáveis por áreas específicas do país. No campo operacional, novas unidades foram criadas e fortalecidas, com aumento de pessoal e colaboração entre ramos militares, incluindo a Força de Emprego Rápido e forças-tarefas conjuntas, focando também em unidades de combate ao narcotráfico, como a Força-Tarefa Conjunta do Sul e a Brigada Antinarcóticos. Uma atualização doutrinária para enfrentamento contrainsurgente foi realizada, incorporando ação conjunta e integração entre as forças, incluindo a adoção da doutrina de forças especiais com suporte técnico dos Estados Unidos, resultando na formação de dois batalhões de forças especiais. A partir de 2007, durante o segundo mandato de Uribe, houve uma mudança doutrinária com a redução estratégica das FARC e do ELN. O Estado colombiano adotou a Ação Integral para guiar as Forças Armadas em coordenação com outras instituições estatais em áreas anteriormente controladas por grupos armados. Essa doutrina, originada na OTAN, na década de 1990, para lidar com a reconstrução pós-conflito, enfocou programas socioeconômicos no desenvolvimento de regiões afetadas pelo conflito. A consolidação dessa transformação foi marcada pelo Plano de Consolidação, com apoio financeiro e técnico do Comando Sul e da USAID, ganhando importância no processo subsequente de transformação (Filho e Carreño, 2021).

Assim, durante este período, o Estado Colombiano passa a dar maior enfoque nas operações militares coercitivas, em prol do apoio à consolidação do controle territorial pelas instituições colombianas de segurança, em colaboração com agências civis. O Plano Nacional de Consolidação Territorial foi implementado, reunindo diversas instituições para atuar em "zonas estratégicas do território nacional", visando estabilidade política e a preservação da confiança investidora. Instituições dos EUA, como o Comando Sul das Forças Norte-Americanas, a Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID, sigla em inglês) e o Gabinete de Assuntos Internacionais de Aplicação da Lei e Narcóticos (INL, sigla em inglês), desempenharam papéis cruciais, fornecendo apoio financeiro e treinamento às forças de segurança. A USAID, em especial, teve um papel fundamental na fase "construtiva" da assistência de segurança, angariando recursos privados para investimentos nas áreas prioritárias definidas pelo governo colombiano. A USAID conduziu duas principais iniciativas: a Iniciativa de Desenvolvimento Estratégico da Colômbia, entre 2009 e 2013, arrecadando cerca de US\$ 740 milhões para reconstrução socioeconômica e política; e a Estratégia de Cooperação de Desenvolvimento do País, de 2014 a 2020, envolvendo investimentos privados em projetos

socioeconômicos e políticos nas áreas delineadas pelo Plano Nacional de Consolidação Territorial. Durante esse período, os EUA lançaram o Plano Paz Colômbia em 2016, alocando US\$ 391,3 milhões para aumentar a presença estatal, promover a inclusão social, erradicar cultivos ilícitos, apoiar a Polícia Nacional, realizar reformas judiciárias e fornecer treinamento a efetivos de outros países (Filho e Carreño, 2021).

Durante o governo Uribe, os efetivos militares colombianos aumentaram de 203.300 em 2002, para 267.600 em 2010, enquanto a Polícia Nacional cresceu de 110.100, para 158.400 no mesmo período. De 2000 a 2009, houve uma expressiva transferência de recursos financeiros e tecnológicos dos EUA para à Colômbia, voltados para combater guerrilhas e narcotráfico. O governo colombiano também investiu recursos fiscais na reforma militar, intensificando a dependência tecnológica em relação aos EUA. A influência norte-americana não se limitou aos recursos quantitativos; ela desempenhou um papel crucial na estrutura e doutrina das forças armadas colombianas, alinhando-as aos interesses estratégicos dos Estados Unidos. E durante o período de 2009 a 2013, o Exército e a Polícia Nacional colombianos capacitaram 10.310 profissionais mexicanos, 3.026 panamenhos, 2.609 hondurenhos, 1.732 guatemaltecos, 1.132 equatorianos, 510 peruanos, 465 salvadorenos e 377 costa-riquenhos (Filho e Cepik, 2021; Viana, 2019).

Em abril de 2013, já no governo do ex-presidente Juan Manuel Santos, a Escola de Lanceros, vinculada ao Forte Tolemaida¹³, concluiu sua 367ª edição de treinamento, capacitando militares colombianos e 582 estudantes internacionais de 19 países. O aumento nos cursos para soldados estrangeiros sugere que o sucesso na Colômbia está ligado, em parte, a fatores materiais, com investimentos substanciais no mesmo Forte, através do Plano Colômbia, pois acredita-se que os investimentos em equipamentos e recursos econômicos para profissionalização das Forças Armadas colombianas são cruciais para obter vantagem militar sobre as guerrilhas. Essas iniciativas de “humanização” (aperfeiçoar os militares) coexistem com a implementação de um regime rearticulado de critérios para controlar a violência. Isso ocorre com o envolvimento de profissionais das Forças Armadas no cenário pós-conflito (pós os acordos de paz). Um exemplo é a nomeação do general Óscar Naranjo Trujillo, ex-chefe da Polícia Nacional, entre 2007 e 2012, como Alto Conselheiro para o Pós-conflito, Direitos Humanos e Segurança da Colômbia, em

¹³ Trata-se de uma base do Exército Nacional da Colômbia, sendo uma das nove academias de treinamento militar do país.

setembro de 2014. Nessa função, o general Naranjo coordenava, entre outras responsabilidades, assuntos relacionados à segurança cidadã com o Ministério da Defesa. Em março de 2017, Naranjo foi nomeado vice-presidente da Colômbia, encarregado de auxiliar na implementação dos acordos de paz com as FARC-EP, assinados em 2016 (Viana, 2019).

Os Estados Unidos também influenciaram na renovação doutrinária pós-conflito do Exército colombiano. Esse processo contou com a participação de especialistas norte-americanos, destacando a Diretoria da Doutrina de Armas Combinadas e o Comando de Treinamento e Doutrina do Exército dos EUA. Em 2015, a Direção de Doutrina do Exército norte-americano contribuiu para a elaboração da Doutrina Damasco, incorporando o conceito operacional de Operações Terrestres Unificadas, em grande parte importado do manual doutrinário do Exército dos EUA. Os EUA acompanharam a implementação dessa doutrina por meio de um escritório no Comando de Transformação do Exército do Futuro (COTEF), alinhando a doutrina colombiana com as práticas dos EUA e da OTAN. Isso tinha como objetivo facilitar a participação colombiana em forças multinacionais, especialmente sob liderança da ONU e da OTAN (Filho e Cepik, 2021).

Portanto, com relação aos resultados, a assistência dos EUA, ao percorrer destes anos, desempenhou um papel fundamental no fortalecimento das forças armadas colombianas, refletido tanto na transformação organizacional ocorrida durante esse período quanto nos resultados operacionais alcançados. As Forças Armadas da Colômbia passaram por uma reestruturação significativa, envolvendo a criação de novas unidades com um aumento no número de tropas, especializadas em operações especiais. Exemplos disso incluem a Brigada Antinarcóticos, apoiada financeira e tecnicamente pelos estadunidenses, a Força-Tarefa Conjunta do Sul (também com apoio dos Estados Unidos) e a Força de Emprego Rápido. Adicionalmente, houve uma modernização tecnológica com a aquisição de novos equipamentos militares voltados para o combate contra guerrilhas. A assistência norte-americana também influenciou a adoção de uma nova doutrina, que enfatiza a integração entre as três forças, maior flexibilidade e a realização de ações conjuntas entre Exército, Marinha e Força Aérea (Filho e Fuccille, 2021) Por fim, a relação de cooperação militar que existe entre Bogotá e Washington, consequentemente atrai mais ação dos EUA no território sul-americano, tornando a agenda securitária mais vulnerável às influências ideológicas dos norte-americanos (Rippel, 2006). Essa influência será melhor elaborada na próxima seção, onde exploraremos o conceito de Complexo Regional de Segurança.

4.3 A PRESENÇA MILITAR ESTRATÉGICA DOS ESTADOS UNIDOS

As relações entre EUA e Colômbia, evidenciadas pelo Plano Colômbia e pela transformação militar, são assimétricas, com os EUA exercendo controle sobre a agenda de segurança do país colombiano e suas estratégias. A relação dependia dos interesses norte-americanos, enquanto para a Colômbia, a adoção da estratégia de política externa, para impulsionar a agenda interna, leva as elites governantes a buscarem vincular os assuntos do país aos interesses centrais da política externa norte-americana, visando não perder relevância na agenda dos EUA. Isso resulta em benefícios econômicos e militares, mas também em custos, como a perda de autonomia na política externa e possíveis mudanças nas prioridades dos EUA (Santos, 2010).

A dependência colombiana pelas ações estadunidenses no país, após a elaboração do Plano e da Política de Segurança Democrática, e da internacionalização do conflito, que assuntos como o próprio conflito armado, o narcotráfico, o desenvolvimento, o papel do Estado, a democracia e outros, não eram tratados sem a comunicação com os EUA. Para Rojas, 2009, p. 122, “a embaixada dos EUA na Colômbia atua como um verdadeiro “superministério” que interage com a maior parte das agências governamentais colombianas” (Rojas, 2009).

Como vimos durante este estudo, o conceito de Guerra às Drogas, foi intensificado nos governos de Ronald Reagan, que adotou uma abordagem militarizada para pressionar países andinos, como Colômbia e Peru, a combaterem insurgências como as FARC e o Sendero Luminoso¹⁴. A administração Reagan transferiu o foco do combate às drogas nos EUA de uma questão de saúde pública, para uma prioridade na segurança internacional, subordinada à política externa dos EUA. Os países sul-americanos, ao aderirem e cooperarem com a política antidrogas dos EUA, eram "recompensados" com assistência técnica e financeira. E durante a presidência de George Bush, uma a Iniciativa Andina renovou a "assistência militar" à Colômbia, Peru e Bolívia. Essas políticas envolviam a transferência de recursos entre o Drug Enforcement Administration (DEA, sigla em inglês) e as Forças Armadas locais, condicionando-as à possível incursão de tropas dos EUA nos territórios desses países em situações de enfrentamento direto com as narcoguerrilhas. A administração Clinton desempenhou um papel crucial na formulação

¹⁴ Organização guerrilheira maoísta, considerada um grupo terrorista, nascida no Peru durante a década de 1980.

do Plano Colômbia, mantendo as alianças estratégicas e militares com os países andinos, pois a resposta antidrogas dos Estados Unidos para a América do Sul incorporou, no discurso, ações de natureza econômico-social, respaldadas pelos Direitos Humanos e ratificadas pelas instâncias jurídicas da Colômbia (Rezende, 2021).

Assim, analisando o histórico dessas relações militares, e adicionando a análise securitária de Grace Tanno (2003), percebe-se que as questões de segurança são moldadas através de atores diretamente interessados e com a capacidade de definir as agendas de segurança, onde, neste contexto colombiano, os EUA interferiram militarmente de acordo com seus interesses.

Logo, a construção de uma zona militarizada, como na Colômbia e na região Andina como um todo, pode ser analisada e explicada com a teoria dos Complexos Regionais de Segurança, onde Barry Buzan e Ole Wæver (2003) exploram que, em linhas gerais, são regiões compostas por *clusters* geograficamente delimitados de unidades inseridas em um sistema maior de Estados – que em nossa análise podemos enquadrar a Região Andina –, de alcance tendencialmente global – que pode ser a internacionalização do narcotráfico. Pois retomando a definição de complexo regional de segurança, na definição dos próprios autores (2003, p. 44), é que são formados “por um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos de maneira independentes umas das outras”. Tais complexos de segurança podem ser formados a partir de cinco características: 1) a distribuição de poder entre os Estados da região (uma polaridade regional); 2) os padrões de amizade-inimizade (aqui podemos incluir a Venezuela); 3) relações de poder com atores externos à região, especialmente as grandes potências e superpotências (aqui podemos incluir os EUA); 4) a fronteira de exclusão que nos permite diferenciar um complexo de outro; 5) anarquia, que seria um complexo composto por duas ou mais unidades autônomas (aqui poderíamos encaixar as guerrilhas) (Cepik, 2005; Thudium *et al*, 2018).

Assim, a visão tradicional que associa o regime de Guerra às Drogas, liderado pelos EUA, agindo como o ator securitizador, e com a Colômbia sendo o objeto referente destaca a militarização do narcotráfico, compondo então um complexo regional de segurança. Essa perspectiva atravessou diferentes administrações dos estadunidenses, estabelecendo um tratamento discursivo que elevou a questão do abuso de drogas a um problema vital para a sobrevivência do país, tanto sob a Guerra às Drogas, quanto sob a narrativa de Guerra ao Terror

após o 11 de setembro. A produção do discurso securitizador pelos Estados Unidos, usando a narrativa da Guerra às Drogas, impactou profundamente a realidade dos Estados andinos, sendo compartilhada, de certa forma, pelos países-alvo dessas políticas ao assimilarem a securitização como uma maneira de enfrentar os desafios internos (Rezende, 2021).

Essa definição se dá a partir da concepção de que na conjuntura da América do Sul, ou da própria Região Andina, por muitos anos não se teve uma hegemonia, possibilitando a aderência aos ideais norte-americanos. Como destacado por Mônica Hirst (2003), dois desenvolvimentos notáveis na segurança da América do Sul foram a diversificação das agendas e prioridades nas políticas de segurança de países importantes na região, bem como o contraste entre a evolução política e militar do Cone Sul¹⁵ e da Região Andina (Hirst, 2003).

A partir da ideia de Complexo Regional de Segurança, pode-se aceitar que a Região Andina se enquadra neste perfil, devido a suas complexas relações com o Narcotráfico e sua militarização. Assim, com essa concepção, podemos analisar que a instabilidade, e ameaças como o narcotráfico, fazem com que Estados mais fragilizados, como a própria Colômbia, fiquem vulneráveis às assistências dos EUA, sabendo que historicamente é a superpotência atuante no continente americano. É perceptível a forma em como todo esse complexo está ligado a interesses como trocas mútuas, a exemplo do que fora mencionado anteriormente sobre a compra de materiais militares de empresas estadunidenses, formando assim um grande lobby. Em suma, a criação de um complexo regional de segurança, como a Região Andina, implica a criação de uma zona militarizada, propícia aos interesses norte-americanos.

Em suma, ao contrário do que trouxe Tickner (2007), onde a ideia de que o Plano Colômbia teria sido uma “intervenção por convite”, em relação ao pedido de ajuda do governo colombiano aos Estados Unidos, penso que devido à presença militar dos norte-americanos já ser uma realidade dentro do país desde os anos 1980, como vimos no capítulo 2, mostra a estratégia estadunidense em estar mais presente em solo colombiano, e que isso fragiliza a autonomia do Estado colombiano em decidir sua própria agenda de segurança, pois como vimos durante a análise dos complexos regionais de segurança, a criação de uma zona de influência foi pensada e administrada. Assim, a ideia de elaboração de um plano que contivesse o avanço das guerrilhas e do narcotráfico não partiu da Colômbia, exclusivamente, mas sim de um acordo mútuo, onde o a Colômbia se viu fragilizada e instável para combater o narcotráfico, solicitou aos EUA o

¹⁵ Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e sul do Brasil.

fornecimento de assistência, e os EUA aceitaram, pensando na militarização do país e no estreitamento da proximidade com a região da América Latina. Logo, ambos saíram satisfeitos no acordo.

4.4 RELACIONAMENTO COM OS PAÍSES VIZINHOS E COM OS EUA

Como vimos anteriormente, cerca de 1,3 bilhão de dólares foram destinados ao combate contra o narcotráfico em toda região andina, especialmente na Colômbia, durante a implementação do Plano Colômbia, e 180 milhões de dólares destinados aos vizinhos colombianos. Porém, alguns autores levantaram a hipótese de que a presença estratégica dos EUA na América do Sul teria alcançado novos objetivos desde 1998, durante a administração de Clinton, que assinou um acordo com o Equador para transformar a base aérea de Manta, localizada no noroeste do litoral equatoriano, em uma base avançada de operações dos Estados Unidos. Estima-se que aproximadamente 500 soldados e agentes de inteligência norte-americanos teriam sido designados para essa base, com o propósito de monitorar aeronaves e plantações ilegais na região sudoeste da Colômbia. Esse posicionamento estratégico levou alguns autores a pensar que a combinação da militarização no combate ao narcotráfico e o Plano Colômbia estivesse conduzindo a uma redefinição dos interesses dos Estados Unidos na América Latina, como a ampliação do monitoramento e controle da região, devido ao crescimento chinês no cenário internacional (Villa e Ostos, 2005).

Nas fronteiras colombianas, após a desarticulação dos cartéis de Cali e Medellín na década de 1990, os Departamentos de Nariño e Putumayo (próximos ao Equador) ganharam destaque no cenário do narcotráfico e nas atividades armadas ilegais envolvendo as FARC, ELN e AUC. A indústria do narcótico fragmentou-se em diversas entidades que operam em regiões com presença estatal limitada, permitindo a participação contínua de grupos armados ilegais no comércio de drogas, especialmente nessas áreas fronteiriças. Desde os anos 1980, Putumayo, que faz fronteira com o Equador, viu o aumento do cultivo de coca devido à sua maior rentabilidade e às fumigações aéreas em outras regiões. Ambos os departamentos passaram por movimentos populacionais relacionados à exploração de recursos naturais e disputas territoriais. Em 2009, Nariño tornou-se o principal produtor de coca na Colômbia, representando 24% do total nacional. Já do lado equatoriano, as províncias equatorianas de Carchi, Esmeraldas e Sucumbíos

desempenham um papel crucial para o narcotráfico e os grupos armados colombianos. Embora o Equador não cultive coca em grande escala, a fronteira com a Colômbia é usada para escoar cocaína colombiana, tráfico de armas e insumos químicos, além de servir como refúgio para narcotraficantes. Aproximadamente 40% da cocaína colombiana sai pelo Equador. Com um sistema financeiro menos monitorado e economia dolarizada, o país é alvo de lavagem de dinheiro pelo narcotráfico, impactando setores financeiros, políticos e civis. Quanto aos grupos armados ilegais colombianos, a região fronteira equatoriana sofre com ações criminais de paramilitares, e FARC e ELN a utilizam para atividades como recebimento de armamentos, tráfico de drogas e refúgio. A presença significativa desses grupos, especialmente das FARC, é resultado do deslocamento do conflito colombiano para a área sul da Colômbia, principal foco do Plano Colômbia (Santos, 2011).

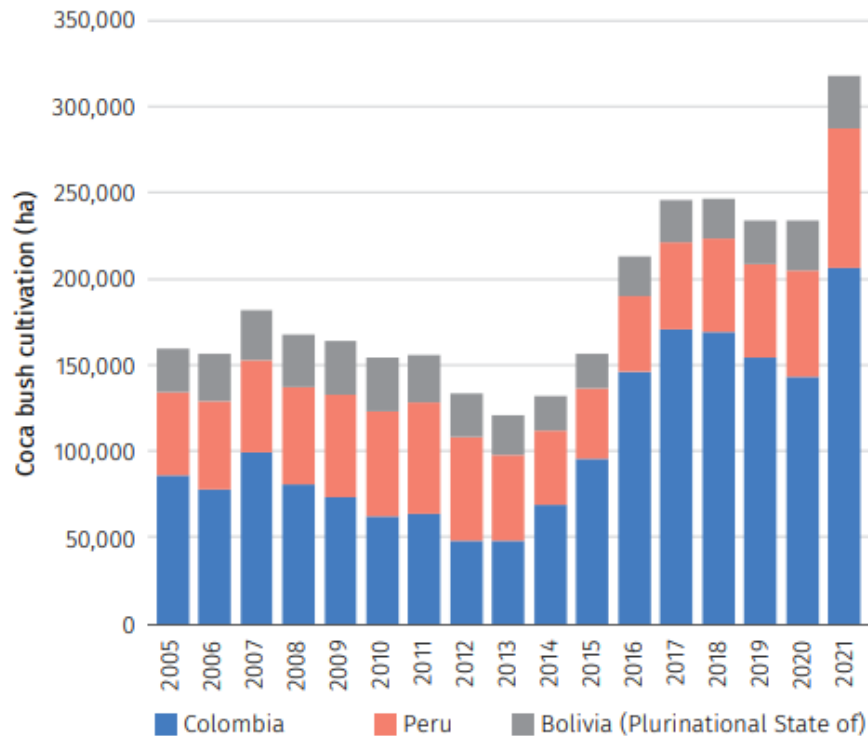
De acordo com Villa e Ostos (2005), o conflito entre grupos armados, como FARC, AUC e facções vinculadas ao narcotráfico, pressionou as fronteiras colombianas com seus países vizinhos, que temiam um transbordamento do conflito (até então interno), mas que a realidade da internacionalização passou a ser discutida. Com a militarização do Plano Colômbia e a implementação da política de "segurança democrática" durante o governo Uribe, os grupos guerrilheiros recuaram em direção aos territórios vizinhos. Isso resultou em problemas adicionais para eles, incluindo o aumento do tráfico de armas e munições através das fronteiras, além do deslocamento de cidadãos equatorianos, por exemplo, em busca de segurança, emprego ou refúgio temporário em outros países. A situação foi agravada pela pobreza e pelos sérios problemas de violência e criminalidade na zona fronteira, considerada pelo governo equatoriano como altamente explosiva. Na fronteira com Peru e Venezuela, acreditava-se na instabilidade de relações devido à presença de grupos armados e problemas relacionados ao narcotráfico. No Peru, ao longo dos 1.600 km da fronteira com a Colômbia, existiam laboratórios de morfina e cocaína. Já a Venezuela, com 2.000 km de fronteira com o país colombiano, virou o local de embarque preferido do narcotráfico. Assim, o tráfico de armas pela fronteira sudeste da Colômbia e o envolvimento da Guarda Nacional da Venezuela eram conhecidos. Acreditava-se na existência de acampamentos militares das FARC e do ELN na fronteira sudeste, bem como de grupos paramilitares na fronteira sudoeste da Venezuela. Era relevante notar que a Venezuela abrigava mais de 1,5 milhão de colombianos. Com o aumento do conflito na Colômbia, a

situação dos deslocados criava novas pressões nessas fronteiras (García, 2001 *apud* Villa e Ostos, 2005).

Com a Venezuela, especificamente, as tensões se estreitaram a partir da elaboração do Plano, no qual o país venezuelano foi contrário, mas não interferiu, para não violar a soberania de segurança do país colombiano. O governo venezuelano, temia a aproximação física dos EUA na região. Autores como Silveira (2014) e Ospina (2007) acreditam que o Plano Colômbia, com seu discurso desestabilizador, alegou o pretexto da frágil ação do poder nacional contra o "narcoterrorismo", estabelecendo uma presença militar e paramilitar ao longo da fronteira. Por sua vez, as autoridades venezuelanas alegavam que seu projeto de liderança regional ia na contramão dos interesses dos Estados Unidos na área. A situação colombiana, marcada pelo conflito armado e pela subsequente implementação do Plano Colômbia, foi também utilizada pelos EUA para conter o processo de autonomia política e liderança regional da Venezuela. Com a justificativa da aplicação do plano, tropas colombianas e americanas conduziram operações militares de baixa intensidade ao longo da fronteira entre os dois países, utilizando métodos encobertos, clandestinos e não convencionais, pois de acordo com especialistas, isso resultaria em desestabilização social, econômica e militar, criando a médio prazo uma situação de violência social e ingovernabilidade (Silveira, 2014; Ospina, 2007). Assim, do ponto de vista venezuelano, há críticas contundentes em relação às relações da Colômbia com os Estados Unidos, ao tratamento dado aos guerrilheiros, à percepção do desenvolvimento do paramilitarismo e à abordagem militarizada no combate às drogas. Para a Venezuela, o conflito colombiano não implica apenas na migração de deslocados de áreas em conflito, mas também traz instabilidade, criminalidade e narcotráfico (Moura, 2021).

Em relação aos resultados sobre o cultivo de coca, durante a implementação do Plano do ano de 2000 até o ano de 2007, a erradicação das plantações realmente diminuiu, como vimos na figura 2, no segundo capítulo. Mas com a diminuição da assistência dos EUA, a partir de 2009, após a crise do subprime no país norte-americano, o Estado colombiano ficou novamente fragilizado. Não como antes do Plano, mas as ações das guerrilhas, como a própria FARC, voltaram a crescer dentro do país (figura 7). Com o aumento das ações das guerrilhas, conseqüentemente resultou em um aumento do cultivo de coca novamente, como veremos na figura 9 abaixo, não apenas dentro do território colombiano, mas também nos seus países vizinhos, companheiros da Região Andina.

FIGURA 9 – O cultivo de coca na Colômbia, Peru e Bolívia, de 2005 a 2021, em hectares de terra.



Fonte: UNODC, Global Report on Cocaine 2023. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/cocaine/Global_cocaine_report_2023.pdf. Acesso em: 11 jan. 2024.

Dessa forma, resumindo a análise da evolução do conflito colombiano, percebemos os impactos diversos nos países vizinhos, especialmente nas regiões fronteiriças da sub-região andina. Essas áreas enfrentam intensamente as consequências do conflito colombiano, com atividades como cultivos ilícitos de coca, tráfico de drogas, confrontos entre grupos armados ilegais, embates entre militares e guerrilheiros, tráfico de armas e deslocamentos forçados de populações. O Plano Colômbia desempenhou um papel crucial ao centralizar as fronteiras colombianas no conflito armado e na relação com o narcotráfico, mas isso gerou controvérsias sobre a estratégia de internacionalização para resolver o conflito, causando tensões diplomáticas, especialmente entre Colômbia, Equador e Venezuela. As divergências refletem percepções distintas sobre o conflito, com impacto nas agendas de segurança, influenciadas pelas políticas dos EUA na região. As relações entre os países da sub-região são complexas devido a

diplomacias personalizadas, baixo conhecimento mútuo e dinâmicas singulares nas fronteiras (Santos, 2011).

Em relação à parceria com os Estados Unidos após o conflito, ocorreram mudanças significativas. Juan Manuel Santos, eleito presidente da Colômbia em 2010 e reeleito em 2014, desempenhou um papel fundamental na busca pela paz, distanciando-se do governo Uribe e promovendo diálogos com as FARC. As negociações resultaram nos acordos de paz de 2016 e implementado em janeiro do ano seguinte. Simultaneamente, o Exército colombiano passou pela transformação militar já mencionada anteriormente. Essas mudanças coincidiram com transformações internas nos Estados Unidos, onde o governo de Barak Obama focalizou a crise econômica de 2008, reduzindo a assistência militar a outros países. A exigência por respeito aos direitos humanos em troca de assistência antiterrorista aumentou, e o enfoque na América Latina voltou-se para o combate ao narcotráfico e outras ameaças associadas ao 'bolivarianismo', juntamente com conflitos ideológicos e econômicos (Filho e Cepik, 2021).

A partir de 2013, houve uma estabilização na assistência na área de segurança para a Colômbia, atingindo um total de US\$ 203,9 milhões em 2018. A assistência antinarcóticos foi predominante, representando 77,5% do auxílio estadunidense. Apesar de a Colômbia se tratar do principal destino dos treinamentos militares dos EUA na região, sua participação relativa caiu para 31,8% do total regional, sendo 1.524 em 2018. No âmbito da aquisição de armamentos, os EUA permaneceram como o principal fornecedor, embora tenha ocorrido uma notável diversificação de parceiros comerciais, como o início da presença da China. A participação dos EUA nas importações colombianas de material de defesa, que era de 65,2% em 2010, diminuiu para 35,2% em 2018. Apesar de um aumento entre 2011 e 2013, seguido por uma redução subsequente até 2018, as importações colombianas atingiram US\$ 40,9 milhões. A Colômbia posicionou-se como o segundo maior importador de armas dos EUA na região, ficando atrás apenas do México (Filho e Cepik, 2021).

Em suma, entre 2010 e 2018, várias transformações marcaram a relação da Colômbia com os Estados Unidos. Uma mudança significativa foi observada na dependência tecnológica, refletida na redução dos volumes de importação de materiais de defesa dos Estados Unidos e numa diminuição relativa da influência norte-americana como principal fornecedor. Apesar da queda nos recursos financeiros e tecnológicos provenientes dos EUA, a influência doutrinária desses países permaneceu sólida. Isso foi evidenciado não apenas na doutrina de Ação Integral,

mas também na presença institucional do governo colombiano em regiões previamente afetadas pelo conflito armado. Durante esse período, houve um aumento significativo no uso do Departamento de Estado como instrumento de cooperação e orientação junto ao governo colombiano. É crucial destacar que essa evolução não resultou em uma diminuição da dependência militar ou do alinhamento entre os dois países. Pelo contrário, houve uma adaptação dos conteúdos e prioridades às novas realidades políticas internas da Colômbia, indicando uma reconfiguração estratégica que vai além do aspecto tecnológico. Essas mudanças apontam para uma relação bilateral que transcende o fornecimento de recursos, refletindo uma busca conjunta por soluções e estratégias mais alinhadas com as necessidades emergentes na Colômbia (Filho e Cepik, 2021).

4.5 DINÂMICAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E SECURITÁRIAS II

Os efeitos do Plano Colômbia sobre a população colombiana foram perceptíveis a partir do das informações do Ministério da Defesa da Colômbia (2013b *apud* Tickner, 2014), pois revelam que, no período entre 2000 a 2013, houve uma redução de 43% nos homicídios, 95% nos sequestros e 47% nos ataques terroristas no país, bem como a diminuição do desemprego pela metade e a queda nos índices de pobreza de 50% para 34%. Embora esse progresso na Colômbia seja encorajador, a taxa de homicídios ainda se mantinha acima de 30 por 100.000 habitantes, superando a do México e aproximando-se da Guatemala, até 2014 (Tickner, 2014).

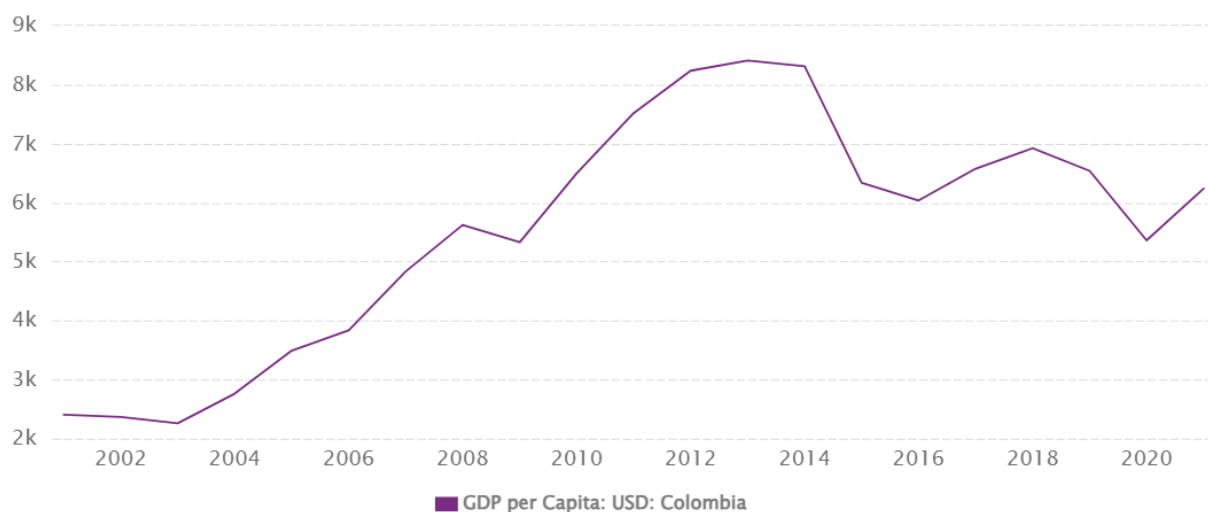
Sobre, o deslocamento forçado de habitantes, entre 1998 e 2008, aproximadamente 760 mil famílias saíram de suas casas no campo, em decorrência da violência nas áreas agrícolas do país, deixando para trás cerca de 5,5 milhões de hectares de terra. Além disso, se estima que 45% do território nacional colombiano esteja semeado por minas. Nas últimas três décadas 10 mil pessoas foram atingidas por explosões de minas, das quais 2 mil morreram. Os movimentos populacionais internos na Colômbia, em consequência do conflito, são um problema social da maior relevância atualmente, pois como vimos na seção anterior, é o principal motivo de instabilidades com seus países vizinhos. (Santos, 2014; Rippel, 2006).

De acordo com o relatório de violência do Centro Nacional de Memória Histórica (2013), da Colômbia, o número de deslocados na Colômbia era de 5.700.000, equivalente a 15% da população nacional. E apesar da melhora econômica que o país apresentou, os níveis de pobreza

atingiram 46,8% em 2012, sugerindo um aumento na disparidade entre áreas urbanas e rurais. A desigualdade também permaneceu persistentemente alta na última década, com a Colômbia mantendo sua posição como um dos países mais desiguais do mundo (Centro Nacional de Memória Histórica, 2013 *apud* Tickner, 2014).

Em relação à economia da Colômbia durante a execução do Plano, percebe-se uma melhora no PIB per capita do país, entre 2002 e 2014 (figura 10), mas a partir de 2015 o valor começa a cair, simultaneamente ao crescimento de novas ações das guerrilhas.

FIGURA 10 – Crescimento do PIB per capita da Colômbia, em milhares de dólares, de 2002 a 2020.



Fonte: CEICDATA. Disponível em: <https://www.ceicdata.com/pt/indicador/colombia/gdp-per-capita>. Acesso em: 11 jan. 2024.

Apesar da melhora em relação aos homicídios gerais desde o início do Plano Colômbia (figura 4), quando analisamos dados mais recentes, a Colômbia ainda possui o maior impacto de terrorismo na região atualmente, uma posição que mantém há uma década, apesar de uma pequena melhoria entre 2012 e 2022. As mortes pelas guerrilhas diminuíram de 78 em 2021 para 21 em 2022, com o número de incidentes também caindo de 75 para 45. Das mortes registradas em 2022, 16 foram atribuídas às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), enquanto o Exército de Libertação Nacional (ELN) foi responsável pelas outras cinco mortes. No entanto, o ELN foi responsável por mais incidentes do que as FARC, lançando 62% dos ataques em 2022, o que pode realmente significar um possível retorno à estabilidade, quando falamos das FARCS e do ELN (IEP, 2023).

Em resumo, o Plano Colômbia trouxe avanços notáveis entre 2000 e 2013, como reduções expressivas em homicídios e melhorias econômicas. Contudo, os desafios persistem, como o deslocamento forçado e altos índices de desigualdade. Apesar do progresso econômico inicial, o aumento da pobreza em 2012 e a queda no PIB per capita a partir de 2015, podem ser associados aos ressurgimentos de ações guerrilheiras, e que indicam uma situação frágil na Colômbia. A persistência do impacto dos conflitos aponta para instabilidades contínuas, ressaltando a necessidade de abordagens abrangentes para lidar com as complexidades sociais, econômicas e de segurança no país.

5 CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, foi analisado o Plano Colômbia e como ele influenciou em uma presença estratégica dos Estados Unidos da América na região sul-americana. Vimos o estreitamento da presença militar dos EUA na América Latina desde o pós-Guerra Fria até os anos 2000 para compreender como eram as relações entre a Colômbia e os EUA antes da elaboração do Plano Colômbia. A análise inicial destaca a formação de tratados e ações focadas na América Latina como a influência norte-americana em ditaduras. Destaca também a relação militar EUA-Colômbia, influenciando a política externa colombiana. Analisa os governos de Clinton e Pastrana, marcados pelo Plano Colômbia em 2000 para enfrentar desafios políticos, econômicos e sociais, respondendo à instabilidade do país. A abordagem se estende a dinâmicas sociais e econômicas na Colômbia até a elaboração do Plano, destacando crises, violência, guerrilhas, paramilitares, tráfico de drogas, reformas democráticas, e transição para a globalização nos anos 1990. A instabilidade levou ao "Cambio Para Construir La Paz" em 1998 e à criação do Plano Colômbia nos anos 2000 com apoio dos EUA.

O Plano Colômbia revelou interesses corporativos dos EUA na região, especialmente no setor petrolífero, influenciando a transformação militar do Estado colombiano. O lobby de grandes empresas investiu US\$ 11 milhões entre 1995 e 2000, crucial para a aprovação do plano pelo Congresso dos EUA. No primeiro ano, US\$1,3 bilhão foi destinado à Colômbia, 75% para assistência militar. Empresas como United Technologies, Textron, DynCorp e MPRI forneceram equipamentos e consultoria. A assistência total dos EUA entre 2001 e 2007 foi de US\$1,4 bilhão, passando por mudanças estratégicas. Apesar de não atingir todas as metas, o Plano teve

resultados notáveis, incluindo a erradicação de cultivos de coca, crescimento econômico e mudanças na área militar, levando ao enfraquecimento das guerrilhas. O financiamento à militarização reduziu significativamente o número de guerrilheiros das FARC de 22.000 para 8.978 entre 2002 e 2010. Em 2012, iniciaram-se esforços para negociar a paz com as guerrilhas, culminando no "Acordo Geral para o Término do Conflito" em 2016, desmobilizando cerca de 7.000 membros das FARC. Esses resultados indicam o impacto positivo e efetividade do Plano Colômbia. Porém, durante a pesquisa, as análises de Carreño (2014) e Pizarro (2011) trazem noções de uma sutil recomposição das guerrilhas, pois o Plano não as encerrou por completo. A análise revelou um restabelecimento das FARC em 2019, com um vídeo protagonizado por Iván Márquez, onde ele menciona um retorno à luta armada, após uma perseguição do governo colombiano aos ex-combatentes do grupo, o que infringiu os acordos assinados.

No que tange à transformação militar que a Colômbia adquiriu ao longo da implementação do Plano, a análise revelou que durante o segundo mandato de Uribe, a partir de 2007, a Colômbia passou por uma transformação militar com a adoção da doutrina de Ação Integral, reduzindo consideravelmente o contingente das FARC e do ELN. O Plano de Consolidação, com apoio do Comando Sul e da USAID, consolidou essa mudança, focando em operações militares coercitivas para controlar territórios anteriormente dominados por grupos armados. As instituições dos EUA, como o Comando Sul, a USAID e o INL, desempenharam papéis cruciais, com investimentos dos EUA totalizando US\$ 391,3 milhões em 2016, destacados pelo Plano Paz Colômbia. O governo colombiano recebeu transferências substanciais de recursos financeiros e tecnológicos dos EUA de 2000 a 2009, contribuindo para o aumento de efetivos militares e da Polícia Nacional. A influência norte-americana não se limitou a recursos, moldando a estrutura e doutrina das forças armadas colombianas, alinhando-as com práticas da OTAN e evidenciando influência na agenda de segurança colombiana.

No que diz respeito às implicações sobre a população do país, o Plano Colômbia teve impactos notáveis entre 2000 e 2013, com reduções significativas em homicídios, sequestros e ataques terroristas, além de uma diminuição no desemprego e nos índices de pobreza. Apesar desses avanços encorajadores, a taxa de homicídios permaneceu acima de 30 por 100.000 habitantes até 2014. O deslocamento forçado de 760 mil famílias e a presença generalizada de minas terrestres nos campos e lavouras contribuíram para isso. O relatório de violência do Centro Nacional de Memória Histórica (2013) indicou que 15% da população colombiana, equivalente a

5.700.000 pessoas, foram deslocadas. Apesar da melhoria econômica, os níveis de pobreza atingiram 46,8% em 2012, destacando disparidades entre áreas urbanas e rurais e essa persistente desigualdade manteve a Colômbia entre os países mais desiguais do mundo. Ao término do Plano, a situação econômica melhorou, com o PIB atingindo 377,7 bilhões de dólares em 2014, tornando-se a terceira maior economia da América Latina, mas a partir de 2015, coincidindo com o aumento de ações guerrilheiras, houve uma queda, passando para 314,5 bilhões de dólares em 2021. Essa redução pode ser em decorrência do aumento de conflitos guerrilheiros, o que gera impacto na economia do país, em vista do aumento do número de sequestros entre 2018 e 2023, de acordo com a reportagem da CNN Brasil (2023).

Desta forma, buscou-se responder à pergunta “qual foi o impacto da presença militar dos EUA, através do Plano Colômbia, na política de segurança da Colômbia?”. A hipótese levantada era de que o Plano Colômbia implicou na militarização do conflito interno colombiano, que é o narcotráfico, através da presença militar estratégica dos Estados Unidos. Esta hipótese pode ser sustentada a partir da análise bibliográfica e da análise de dados sobre o Plano Colômbia, mostrando que as relações entre os EUA e a Colômbia revelam desigualdade, com os EUA moldando a agenda securitária do país colombiano conforme seus interesses e influenciando a transformação militar que ocorreu no país. Essa metodologia foi suficiente para compreender a dependência colombiana pelos norte-americanos, onde a embaixada dos EUA atua como um "superministério", como traz Rojas (2009). A construção da zona militarizada, analisada pelos Complexos Regionais de Segurança, destaca a falta de hegemonia na região por muitos anos, permitindo a aderência aos ideais norte-americanos, mostrando a interconexão entre Estados da região Andina, ameaças e interesses, incluindo a compra de materiais militares e formação de lobby. A militarização e presença militar dos EUA geraram instabilidade, provocando descontentamento com a Venezuela e deslocamentos forçados para outras nações, aumentando o cultivo de coca e o tráfico nas fronteiras. Durante a implementação do Plano, a significativa assistência financeira enviada a vários países sul-americanos, como Bolívia, Equador, Peru e Brasil, no contexto de "combate ao narcotráfico", acentuou a dependência dessas nações em relação aos EUA.

Esta monografia tem contribuições para as problemáticas: das relações militares entre a Colômbia e os Estados Unidos; da presença estratégica dos norte-americanos em solo colombiano; da região Andina como uma zona securitizada e militarizada sob a influência dos

Estados Unidos; e da militarização colombiana através do Plano Colômbia. Isto pois foram levantados diversos fatores que levaram os Estados Unidos a aceitarem o Plano Colômbia visando estreitar relações com a Colômbia a fim de estar mais presente na região sul-americana, o que impactou na agenda de segurança colombiana, na migração da população colombiana, no relacionamento entre Colômbia e países vizinhos, e ainda acarretou uma transformação militar dentro das forças armadas da Colômbia.

Ademais, cabem algumas considerações finais. O presente trabalho enfatiza a importância da soberania nacional nos assuntos econômicos, securitários e sociais, pois um Estado forte é um Estado que toma as próprias decisões. Em última análise, este trabalho contribui para o entendimento da complexa relação entre Colômbia e Estados Unidos acerca do âmbito militar, econômico e social, explicitando os interesses norte-americanos não apenas na Região Andina, mas em todo continente americano.

REFERÊNCIAS

AGUDELO, Saúl Franco. Momento y contexto de la violencia en Colombia. **Revista Cubana de Salud Pública**, Havana, v. 29, n. 1, jan./mar. 2003. Disponível em:

http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0864-34662003000100004&lng=es&nrm=iso.

AGUILERA, Mario. Guerrilla y Población Civil. Trayectoria de Las FARC 1949-2013 [Guerrilla and Civil Population. Trajectory of the FARC 1949-2013]. Centro Nacional de Memoria Historica [National Center of Historical Memory]. Bogota, DC: **Imprenta Nacional de Colombia**, 2014.

AYERBE, Luis Fernando. Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia. **Unesp**, 2002.

BAGLEY, Bruce Michael. US foreign policy and the war on drugs: Analysis of a policy failure. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, Miami, v. 30, n. 2-3, p. 189-212, 1988.

BAGLEY, Bruce Michael; SALMERÓN CASTRO, F. I. Mitos de la militarización: los militares estadounidenses y la guerra contra las drogas. **Foro Internacional**, v. 32, n. 1, p. 17-46, 1991. Disponível em: <https://forointernacional.colmex.mx/index.php/fi/article/view/1271/1261>

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. Regions and powers: the structure of international security. Cambridge University Press, 2003.

CARRION, Raul K. M. Bases militares dos EUA e da OTAN: ameaça à Paz! **Raul Carrion Historiador**, agosto de 2016. Disponível em: [http://www.raulcarrion.com.br/bases_militares.asp#:~:text=Na%20Am%C3%A9rica%20Latina%2C%20os%20Estados,%2C%20Paraguai%20\(Tr%C3%ADplice%20Fronteira\)%2C](http://www.raulcarrion.com.br/bases_militares.asp#:~:text=Na%20Am%C3%A9rica%20Latina%2C%20os%20Estados,%2C%20Paraguai%20(Tr%C3%ADplice%20Fronteira)%2C). Acesso em 4 de janeiro de 2024.

CEARÁ, D. B. FARC-EP: o mais longo processo de luta revolucionária da América Latina. **Revista História Social**, n. 17, 203–224, 2009. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/283>

CEPIK, Marco Aurélio. Segurança na América do Sul: traços estruturais e dinâmica conjuntural. **Análise de conjuntura OPSA**, nº9, 2005.

CENTRO DE RECURSOS PARA EL ANÁLISIS DE CONFLICTOS. Guerra y Violencias en Colombia: herramientas e interpretaciones. **Pontificia Universidad Javeriana**, Bogotá, 2009.

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA. Una guerra prolongada y degradada. Dimensiones y modalidades de violencia. In: **¡Basta ya! Colombia: memorias de guerra y dignidad**, p. 31-109, 2013. Disponível em: <https://www.centrodememoriahistorica.gov.co/descargas/informes2013/bastaYa/basta-ya-colombia-memorias-de-guerra-y-dignidad-2016.pdf>.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN. **Plan Colombia: Balance 1999-2003**. Bogotá, D.C., Colombia. 2003. Disponível em: https://colaboracion.dnp.gov.co/CDT/Sinergia/Documentos/Balance_Plan_Colombia_1999_2003.pdf.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN. Plan Colombia: Balance de los 15 años. Bogotá, D.C., Colombia. 2016. Disponível em: https://colaboracion.dnp.gov.co/CDT/Sinergia/Documentos/PLAN_COLOMBIA_Boletin_180216.pdf

DOMÍNGUEZ, Jorge I. US-Latin American relations during the Cold War and its aftermath. **Weatherhead Center for International Affairs**, Harvard University, 1999.

DUDLEY, Steven. Walking ghosts: Murder and guerrilla politics in Colombia. **Routledge**, 2004.

FILHO, João Estevam dos Santos; CARREÑO, Alexander Arciniegas. Transformação das Forças Armadas da Colômbia no pós-conflito armado: mudanças no emprego doméstico e na atuação internacional. **Conjuntura Austral**, v.12, n.57, p.81-94, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.108254>.

FILHO, João Estevam dos Santos; CEPIK, Marco Aurélio Chaves. Relações militares entre Estados Unidos e Colômbia: do Plano Colômbia ao Acordo de Paz (2000-2018). **Meridiano 47- Journal of Global Studies**, v. 22, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/34045>

FILHO, João Estevam dos Santos; FUCCILLE, Alexandre. Hegemonia e pacificação na assistência de segurança dos Estados Unidos para Colômbia e México no pós-Guerra Fria.

Revista Oikos, v. 20, n.2, p. 286-304, 2021. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/article/download/52066/28355>

FRANZ, T. Plan Colombia: illegal drugs, economic development and counterinsurgency – a political economy analysis of Colombia's failed war. **Development Policy Review**, v. 34, n.4, p. 563-591, 2016. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/dpr.12161>.

GARCÍA, Andelfo. **La internacionalización del conflicto**: El Plan Colombia y la internacionalización del conflicto, 2001.

GRANDIS, André Luis Ferreira. A influência da presença militar dos Estados Unidos na América do Sul na perspectiva da soberania nacional brasileira. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Especialização em Relações Internacionais) – **Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília**. Brasília, 2009. Disponível em:

https://bdm.unb.br/bitstream/10483/1013/1/2010_AndreLuisFerreiraGrandis.pdf.

GRUPO DE MEMÓRIA HISTÓRICA DE COLOMBIA. Basta ya! Colombia: memorias de guerra y dignidad. **Imprenta Nacional: Bogotá, 2013**. Disponível em:

<https://www.centrodememoriahistorica.gov.co/descargas/informes2013/bastaYa/basta-ya-colombia-memorias-de-guerra-y-dignidad-2016.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2023.

GUEVARA, Juan Pablo (2015). El Plan Colombia o el desarrollo como seguridad. **Revista Colombiana de Sociología**, 38(1), 63-82.

GUZZI, André Cavaller. As relações EUA-América Latina: medidas e consequências da política externa norte-americana para combater a produção e o tráfico de drogas ilícitas. São Paulo, 2008. Dissertação (Mestrado) - **Programa Interinstitucional PUC-SP/UNESP/UNICAMP de Mestrado em Relações Internacionais**. São Paulo, 2008. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/84fca4a7-600b-45da-9e6b-516e1f7b0761/content>.

HIRST, Mónica. Seguridad regional en las Américas. **La seguridad regional en las Américas**, p. 25-80, 2003.

HERZ, Mônica. Política de segurança dos EUA para a América Latina após o final da Guerra Fria. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 46, p. 85-104, 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/Bb8RBvXjMrjz3S3ZbPC43Kt/?lang=pt&format=pdf>

ISACSON, Adam. Militarizing Latin America Policy. **Foreign Policy in Focus**, 6 de outubro de 2005. Disponível em: https://fpif.org/militarizing_latin_america_policy/. Acesso em: 28 out. 2023.

LOWENTHAL, Abraham F. Os Estados Unidos e a América Latina: além da era Reagan. **Lua Nova: Revista De Cultura E Política**, (18), 41–61, 1989. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/yXMFJ8695dVGfwTY69pB3Bf/>

MARTÍNEZ, Mónica Montana. O Conflito Armado Colombiano: Impactos Regionais na área da segurança estatal e humana. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Relações Internacionais) – **Departamento de Ciências Econômicas, Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria**. Santa Maria, 2015. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/474/2022/02/TCC-O-conflito-armado-colombiano-%E2%80%93-impactos-regionais-na-area-da-seguranca-estatal-e-humana.-1.pdf>.

MEDINA, Juan Guillermo Ferro. As FARC: dimensão organizacional e política. 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas. **Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP**. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1589300>. Acesso em: 11 nov. 2023.

MONTAÑEZ, Julio César. Balance de los quince años del Plan Colombia (2001-2016): recuperación de la institucionalidad colombiana y consolidación de la presencia del Estado en el territorio nacional. **Estudios internacionales** (Santiago), v. 49, n. 186, p. 187-206, 2017.

MORAES, Robson Caldeira de. Os possíveis impactos para a segurança pública nacional do acordo de paz entre as forças revolucionárias da Colômbia (FARC) e o governo colombiano. **Escola De Comando E Estado-Maior Do Exército Marechal Castello Branco**. 2018. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/3997/1/MO%206021%20-%20ROBSON%20MORAES.pdf>

MOURA, Maria Paula Baêso. Instabilidade na sub-região andina: O caso colombiano e sua extensão à Venezuela. 2021. Disponível em: <https://www.ssoar.info/ssoar/handle/document/81835>

NETO, Sydenham Lourenço. A Conferência do Rio de Janeiro e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca: Conflitos na construção do sistema interamericano. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Niterói, vol. 7, núm. 3, p. 473-489, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3373/337341518004.pdf>.

OSORIO, Andrés Eduardo Fernández; PINZÓN, Rocío del Pilar Pachón. Reconciliation perspectives in Colombia: Characterizing the 2016 Peace Agreement with the FARC. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, v. 14, n. 1, p. 31-56, 2019. Disponível em: <https://revistas.unimilitar.edu.co/index.php/ries/article/view/3356/3560>

OSPINA, Hernando Calvo. El terrorismo de Estado en Colombia. Fundación Editorial el Perro y la Rana, 2007.

PABÓN, Nathalie. El papel de las Fuerzas Armadas Colombianas en la política antinarcóticos (1998-2006). El papel de las Fuerzas Armadas en la Política Antidrogas Colombiana (1985-2006). Bogotá: **Universidad Nacional de Colombia**, p. 144-176, 2008.

PASSOS, Anaís Medeiros. O overlay na agenda de segurança da América do Sul: as FARC e os planos Colômbia 1 e 2. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – **Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2012. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/71677>.

PÉCAUT, Daniel. La tragedia colombiana: guerra, violencia, tráfico de droga. **Sociedad y economía**, n. 1, p. 133-148, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/rei/v49n186/0719-3769-rei-49-186-00187.pdf>

PEREIRA, Letícia. Colômbia: as FARC e os diálogos de paz. **Série Conflitos Internacionais**, v. 2, n. 1, p. 1-5, 2015.

PEREIRA, Paulo; VILLELA, Priscila. Militarização do policiamento: abordagens críticas em perspectiva. **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 90, p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/482>

PIZARRO, Eduardo; GAITÁN, Pilar. Plan Colombia and the Andean Regional Initiative: lights and shadows. **Addicted to failure: US security policy in Latin America and the Andean Region**, p. 53-79, 2006.

PIZARRO, Eduardo. Uma democracia sitiada: Balanço e Perspectivas do Conflito Armado na Colômbia. **Biblioteca do Exército**. Rio de Janeiro. 2006.

REZENDE, Felipe Augusto Oliveira. Guerra às Drogas na América do Sul: uma leitura discursiva sobre as abordagens de Securitização, Dessecuritização e Macrossecuritização da Escola de Copenhague (EC). **Conexões Internacionais**, v. 2, n. 2, 2021. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/ci/article/view/13414>

RIPPEL, Marcio Pereira. O plano Colômbia como instrumento da política norte-americana para a América Latina e suas consequências. **Revista da Escola de Guerra Naval**, edição em português, Rio de Janeiro, v. 7, p. 83-112, 2006. Disponível em:

<https://www.proquest.com/openview/dc7912aa3bc5b90be364bb46c581396f/1?pq-origsite=gscholar&cbl=4457491>

ROJAS, Diana Marcela. El taller del imperio global: Análisis de la intervención de Estados Unidos en Colombia (1998-2008). **Análisis político**, v. 22, n. 65, p. 111-126, 2009. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-47052009000100006&script=sci_arttext

ROJAS, Diana Marcela. PLAN COLOMBIA II: ¿Más de lo Mismo?. **Colombia internacional**, n. 65, p. 14-37, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rci/n65/n65a02.pdf>

ROJAS, Diana Marcela. El Plan Colombia: la intervención de Estados Unidos en el conflicto armado colombiano (1998-2012). Bogotá: **IEPRI**, 2014

SANTOS, Fabiano Luis Barbosa dos. Violência na Colômbia em perspectiva histórica. **Revista Outubro**, n. 22. 2014. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/11/5_-Fabio-Santos.pdf.

SANTOS, Marcelo. A política dos Estados Unidos de combate ao narcotráfico e o Plano Colômbia (1998-2005). **Estudos de Sociologia, Araraquara**, v. 12, n. 22, p. 169-188, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/ce6c881c-4f62-4516-b7c9-ba2f7a6f5d70/content>.

SANTOS, Marcelo. O Plano Colômbia e o primeiro mandato de Álvaro Uribe (2002-2006). **Cena Internacional**, v. 8, n. 2, p. 63-83, 2006. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/CENAInternacional/2006/vol8/no2/3.pdf>

SANTOS, Marcelo. Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n. 1, p. 67–88, jan. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/KBsJ58cBRfKRF8kjgBpGJvf/?format=pdf&lang=pt>

SILVA, Barbara Ellynes Zucchi. Os Processos De Paz Entre As Farc-Ep E O Governo Nacional Da Colômbia. IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa - Forças Armadas e Sociedade Civil: Atores e Agendas da Defesa Nacional no Século XXI. **Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas**. 2016.

SILVEIRA, Wagner Augusto. **As FARC–EP: o Plano Colômbia e seus desdobramentos nas relações regionais**. 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/116321>

TANNO, Grace. A contribuição da escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional. *Contexto Internacional*, v. 25, p. 47-80, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/cmMZVcmhLFZdMgVzB9k6dNw/?format=pdf&lang=pt>

TEIXEIRA, Vinicius Modolo. A Presença Militar dos EUA na América do Sul: o mito da base de Mariscal Estigarribia. **Revista Intellector, Pelotas**, v. 18, n. 35, p. 03-19, 2021.

THUDIUM, Guilherme Paiva Stamm et al. **Os Estudos de Segurança Internacional em Perspectiva Histórica: evolução teórica, regionalismo e a expansão da agenda securitária**. 2018. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xiv_cadn/osa_estudosa_dea_seguracao_internacional.pdf

TICKNER, Arlene; CEPEDA, Carolina. Las drogas ilícitas en la relación Colombia-Estados Unidos: balance y perspectivas. Gaviria Uribe, Alejandro y Mejía Londoño, Daniel,(comp.), **Políticas antidrogas en Colombia: éxitos, fracasos y extravíos**, p. 205-234, 2011.

TICKNER, Arlene B. Colombia, the United States, and security cooperation by proxy. **Washington Office on Latin America**, v. 1, p. 1, 2014. Disponível em: <https://www.wola.org/files/140318ti.pdf>

TICKNER, Arlene B. Intervención por invitación, claves de la política exterior colombiana y de sus debilidades principales. **Colombia Internacional, Bogotá**, n. 65, jan/jun 2007. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-56122007000100005&script=sci_arttext

UNODC, Global Report On Cocaine 2023: Local dynamics, global challenges. United Nations Publications. 2023. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/cocaine/Global_cocaine_report_2023.pdf

UNODC, **World Drug Report** 2015. 2015. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/wdr2015/World_Drug_Report_2015.pdf

VARGAS VELÁSQUEZ, Alejo. Las Fuerzas Armadas en el Conflicto Colombiano: Antecedentes y Perspectivas. Medellín: **La Carreta Política**, 2012.

VÉLEZ, María Alejandra. FARC - ELN: evolución y expansión territorial. Desarrollo y Sociedad, n. 47, p. 151-225, 2001. **Universidad de Los Andes**, Bogotá, Colômbia. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1691/169118209004.pdf>

VIANA, Manuela Trindade. Reorganizando la violencia. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, n. 121, p. 135-156, 2019. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26731295>

VILLA, Rafael Duarte; OSTOS, Maria del Pilar. As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 2, p. 86-110, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/rqwh6RzzgmGVrrpmbD3rxzs/?lang=pt&format=pdf>

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

BRASIL, República Federativa do. **Portal da Câmara dos Deputados**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-25660-13-outubro-1948-322840-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 out. 2023.

CNN BRASIL. **Exército de Libertação Nacional é responsável pelo sequestro dos pais de Luis Diaz, diz governo colombiano**. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/exercito-de-libertacao-nacional-e-responsavel-pelo-sequestro-dos-pais-de-luis-diaz-diz-governo-colombiano/>

COLOMBIA PEACE. **Monitoring Progress In Peace Dialogues: Coca Cultivation and Eradication**. Disponível em: <https://colombiapeace.org/coca-cultivation-and-eradication/>. Acesso em: 12 nov. 2023.

CRUZ, Víctor Manuel Moncayo. Colômbia. **Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe**, 2015. Disponível em: <https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-colombia>. Acesso em: 02 dez. 2023.

EL PAÍS. **Iván Márquez anuncia que retoma las armas**. 2019. Acesso em: 9 jan. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mQ4j7mi8Hvo>

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME. **World Drug Report** 2008. p. 13. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/wdr/WDR_2008/WDR_2008_eng_web.pdf. Acesso em: 11 nov. 2023.

INSTITUTE FOR ECONOMICS AND PEACE (IEP). **Global Terrorism Index 2023: Measuring the impact of Terrorism**, Sydney, 2023. Disponível em: <http://visionofhumanity.org/resources>. Acesso em: 11 jan. 2024.